

RUZA CALI AMON

**O AUTOEMPREGO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia/Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para recebimento de título de mestre em Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Izete Pengo Bagolin

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto

Porto Alegre
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A523a Amon, Ruza Cali
O autoemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre
/ Ruza Cali Amon. – Porto Alegre, 2011.
77 f. : il.

Diss. (Mestrado em Economia) – Fac. de Administração,
Contabilidade e Economia, PUCRS.

Orientação: Profª. Drª. Izete Pengo Bagolin.
Co-orientação: Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto.

1. Economia. 2. Economia Informal. 3. Trabalhadores
Autônomos. 4. Trabalho Não Qualificado. 5. Trabalhadores –
Aspectos Sociais. I. Bagolin, Izete Pengo. II. Jacinto, Paulo de
Andrade.
III. Título.

CDD 331.1

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

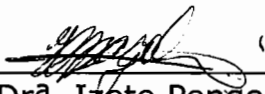
RUZA CALI AMON

"O AUTOEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE"

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 23 de maio de 2011, pela Banca Examinadora.

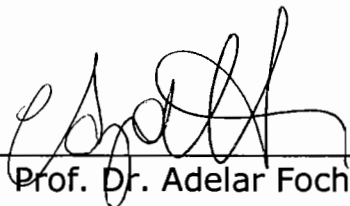
BANCA EXAMINADORA:



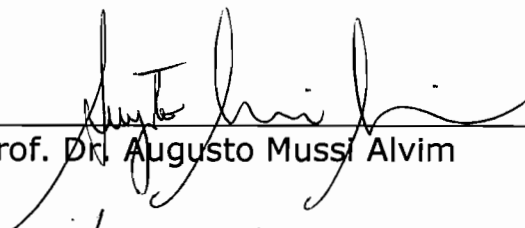
Prof. Dra. Izete Pengo Bagolin
Presidente da Sessão e
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia



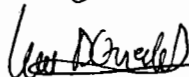
Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto
Co-orientador



Prof. Dr. Adelar Fochezatto



Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim



Prof. Dr. Cesar Augusto Tejada

AGRADECIMENTOS

Na vida, embora tenhamos que executar sozinhos algumas tarefas, não existem resultados positivos que sejam de nossa produção exclusiva. Portanto, aos agradecimentos:

Agradeço a meu pai, Flávio Rubem dos Santos, pela herança maior que é o constante fascínio pelo conhecimento.

À minha mãe, Iria Marina dos Santos, pelo exemplo de comprometimento e admirável autossuperação.

Aos meus filhos Caio Amon e Théó Amon, pela lealdade e pelo apoio irrestrito aos meus projetos.

À minha orientadora, Prof^a Dr. Izete Bagolin, por todas suas qualidades pessoais e acadêmicas que caracterizam os verdadeiros mestres.

Aos meus colegas e amigos Vanessa Fernandes e Dionei Valler, pela amorosa tolerância às minhas ausências no trabalho e competente substituição a elas.

Aos meus colegas de mestrado (e agora amigos) Carla Michele Corbeti e Alberto José Ayres, pelo companheirismo durante as incontáveis horas de estudo, quando dividiram comigo sua alegria e seus conhecimentos.

Aos meus colegas e orientadores, Gustavo Figueiredo Campolina Diniz e Eduardo Künzel Teixeira, pela inteligência, carinho e disponibilidade que tornaram mais leve minha trajetória.

A todos os meus demais colegas, dentre eles Jules, Margarete, Silvia, Henrique, Fabrini e Alice pela parceria, solidariedade, momentos de descontração e apreensão que costumam ocorrer às pessoas de bem quando reunidas em torno de causas comuns.

A Rosita Herlinger Amon, por ter me deixado um livro invisível que me serve de guia, e que carrego sempre comigo.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é traçar um perfil do autoempregado da Região Metropolitana de Porto Alegre, estabelecendo relações entre os resultados obtidos e referências encontradas na literatura dedicada ao tema. O trabalho utiliza como base de conceituação teórica a definição de autoempregado publicada em 1993 pela *International Labour Organization* (ILO) e, para análise empírica, dados da pesquisa “Economia Informal Urbana 2003 – IBGE” (IBGE 2003). Observando-se características pessoais e razões para migrar para o autoemprego, conclui-se que os indivíduos da RMPA seguem as tendências nacionais e internacionais de ser, em sua maioria, homens, com 40 anos ou mais, e com baixo nível de instrução. O trabalho também chega à conclusão de que, para o grupo em estudo, o desejo de independência se destacou como principal motivo para optar pelo autoemprego, e, como segundo, não ter encontrado oportunidade no mercado formal de trabalho. É notório o fato de as mulheres – embora em minoria – apresentarem taxas de participação acima das taxas internacionais e nacionais, e também médias de ganhos superiores às médias dos homens. A maioria dos autoempregados da RMPA está concentrada no setor de Serviços, embora a atividade com o maior número de indivíduos seja o Comércio em Geral. O presente trabalho também apura a tendência do autoemprego no Brasil, que se apresenta decrescente há pelo menos dez anos, indicando que o país acompanha as tendências internacionais de correlação negativa entre autoemprego e crescimento econômico.

Palavras-chave: Autoemprego. RMPA. Economia informal.

ABSTRACT

The aim of this master's thesis is to outline a profile of the self-employed in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA), establishing relations between the results obtained and references in the respective literature. This paper bases its theoretical concept on the definition of “self-employed” published in 1993 by the International Labour Organization (ILO), and uses research data from "Economia Informal Urbana 2003 – IBGE" (IBGE 2003) for empiric analysis. By studying personal characteristics and reasons to migrate to self-employment, the conclusion is that individuals from RMPA follow national and international trends, inasmuch as their majority is made of 40 years old or older men with low education level. This work also reaches the conclusion that, for the group studied, the desire for independence stood out as the first main reason to become self-employed, the second main reason being not having found an opportunity in the formal labour market. It is worth mentioning the fact that women – although the minority – have participation rates above national and international rates, and also income averages higher than those of men. Most of self-employed people in RMPA are concentrated in the Services industry, although the activity with the greatest number of individuals is Retail Trade. This work also addresses Brazil's self-employment trend, which has been declining for at least ten years, indicating that the nation follows international tendencies of negative correlation between self-employment and economic growth.

Keywords: Self-employment. RMPA. Informal economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Evolução da taxa de trabalhadores por conta própria sobre o total de pessoas ocupadas (PO) IBGE – Brasil e RMPA.....	27
Figura 2 – Evolução da TAE Brasil – 2001-2009 GEM - Global Entrepreneurship Monitor.....	28
Figura 3 - Proporção dos motivos de empreender TAE Brasil - 2001-2009 GEM - Global Entrepreneurship Monitor	29
Figura 4 - Estrutura social segundo as categorias socio-ocupacionais na RMPA - 1991 e 2000.....	34
Gráfico 1 - Número de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por sexo e idade.....	45
Gráfico 2 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por nível de instrução e gênero	47
Gráfico 3 - Percentual de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre por gênero e faixa de renda – em reais.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – resumo.....	40
Tabela 2 - Médias de participação dos gêneros no autoemprego	42
Tabela 3 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por idade e gênero.....	44
Tabela 4 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por nível de instrução e gênero.....	46
Tabela 5 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por faixa de renda e gênero.....	49
Tabela 6 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por setor de atividade.....	50
Tabela 7 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – principais atividades econômicas	50
Tabela 8 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – principais atividades econômicas por gênero	51 e 52
Tabela 9 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – renda média por setor – comparação entre gêneros.....	53
Tabela 10 - Região Metropolitana de Porto Alegre - motivação para se tornar autoempregado - por gênero.....	54 e 55
Tabela 11 - Motivação dos autoempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre para entrar no autoemprego – por sexo e por dois grandes grupos de nível de instrução	56

LISTA DE SIGLAS

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Ministério da Fazenda

Ecinf 2003 - Economia Informal Urbana 2003 – (IBGE, 2005)

FEE - Fundação de Economia e Estatística

GEM - Global Entrepreneurship Monitor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILO - International Labour Organization

LFS - Labour Force Survey

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PIB - Produto Interno Bruto

PME-IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE

PO - Pessoas Ocupadas (classificação do PME-IBGE)

RAIS - Relação Anual de Informações

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas

TAE - Taxa de Atividade Empreendedora (do GEM - Global Entrepreneurship Monitor)

WIEGO - Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONCEITO E DINÂMICA DO AUTOEMPREGO.....	13
2.1 Autoemprego e economias pré-mercado.....	13
2.2 Definições de autoemprego.....	16
2.3 Zonas cinzentas.....	18
2.4 Economia informal.....	20
3 TENDÊNCIAS.....	23
3.1 Tendências internacionais.....	23
3.2 Autoemprego e crescimento econômico.....	24
3.3 Autoemprego no Brasil.....	26
3.4 Autoemprego e localização.....	30
4 REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.....	32
4.1 Dados Gerais	32
4.2 Estrutura socio-ocupacional	33
4.3 Demografia	36
4.4 Renda.....	37
4.5 Migração.....	37
4.6 Instrução	38
5 AUTOEMPREGO NA RMPA.....	39
5.1. Origem dos Dados.....	39
5.2 Grupo em análise.....	40
5.3 Análise empírica e considerações teóricas.....	41
5.3.1 Gênero.....	42
5.3.2 Idade.....	43
5.3.3 Instrução.....	45
5.3.4 Renda.....	47

5.3.5 Setor e Atividade.....	49
5.3.5.1 Setor de Serviços.....	53
5.3.6 Motivação dos autoempregados da RMPA.....	54
5.3.6.1 Desejo de Independência.....	59
5.3.6.2 Desemprego.....	60
6 CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS	67
Anexo 1.....	71
Anexo 2.....	72
Anexo 3.....	73
Anexo 4.....	74

1 INTRODUÇÃO

Em todas as economias capitalistas, encontra-se uma parcela da mão de obra que não pertence ao trabalho assalariado e tampouco à classe de dirigentes empresariais, e a ela chamamos de autoemprego. Este contingente de trabalhadores é caracterizado pela heterogeneidade dos tipos de indivíduos e razões que os mantêm longe do emprego formal. Por outro lado, os autoempregados têm em comum não pertencer à produção em escala, operar em padrões muito baixos de organização, conviver com a informalidade ou com a ausência de registros legais, e, embora se expondo à ventura empreendedora, nem sempre escolhem esse papel, e raramente acumulam capital como seria de se esperar de quem corre riscos num mercado competitivo.

Por ser alternativa ao desemprego ou berçário do empreendedorismo, o autoemprego é pauta, há pelo menos três décadas, de institutos de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, projetos de políticas públicas e de teóricos da economia. A importância e o significado nada desprezíveis desta parcela da força de trabalho motivam a busca dos contornos do autoemprego e do entendimento do seu contexto socioeconômico, que é o setor informal. Não contando com a padronização e profusão de dados que o emprego formal disponibiliza, a abordagem científica de ambos os temas – autoemprego e economia informal – depende do esforço dos estudiosos em sistematizar a observação dos fenômenos como forma de se aproximarem de resultados confiáveis. Para compreender com profundidade as tendências e dinâmica do autoemprego, não é suficiente contabilizar o número de postos de trabalho, mapear seus setores econômicos ou conhecer suas faixas de ganho. Sendo manifestações infinitamente mais espontâneas do que os processos de produção em escala, estão sujeitas às características pessoais dos indivíduos e das influências regionais que recebem. Determinantes culturais, étnicos, geográficos, econômicos e sociais fornecem ainda mais nuances às ocorrências. Mais do que traçar perfis dos indivíduos e localizá-los geograficamente, os teóricos do autoemprego procuram saber os motivos que os “empurram” para dentro do autoemprego ou que os “puxam” de volta para o trabalho assalariado. Entender esses mecanismos é tão fundamental quanto conhecer seus agentes.

Como recorte geográfico, o presente trabalho propõe a Região Metropolitana de Porto Alegre, e como referência temporal, o ano de 2003. Sendo de grande amplitude as diversas linhas de pesquisa que já vêm ocorrendo ao redor do mundo, o estudo se restringe à busca

de respostas a três questionamentos fundamentais: que perfil tem o autoempregado da Região Metropolitana de Porto Alegre, quais suas principais motivações para ter migrado para o autoemprego, e como ele se alinha a tendências internacionais e nacionais.

Para cumprir este objetivo, este estudo realiza uma revisão de literatura seguida de uma análise empírica de dados *cross section*. Antecedido por esta introdução e acrescentado de uma conclusão, o corpo do trabalho se divide em quatro partes: o capítulo 2 se dedica a localizar exemplos de perfis econômicos pré-mercado que sejam correspondentes a autoempregados da atualidade, buscando em seguida a conceituação de autoempregado e de economia informal na literatura dedicada aos temas.

O terceiro capítulo reúne informações sobre tendências internacionais e nacionais do autoemprego, salientando as relações que o fenômeno mantém com o empreendedorismo no Brasil. O quarto capítulo apresenta um panorama geral da Região Metropolitana de Porto Alegre, e o quinto capítulo inicia com a explanação sobre a origem dos dados e caracterização do grupo de autoempregados que será analisado empiricamente. Também se ocupa do cruzamento dos dados que revelam abordagens pessoais, sociais e macroeconômicas sobre os autoempregados em estudo, sendo cada tópico apoiado por gráficos e tabelas que auxiliam no entendimento dos resultados, e comentado à luz das teorias que dão suporte ao trabalho.

Ao final, serão resumidos os principais tópicos e conclusões de maior relevância, com a intenção de proporcionar ao leitor embasamento ao avanço na pesquisa desse tema que é vasto e de suma importância.

2 CONCEITO E DINÂMICA DO AUTOEMPREGO

2.1 Autoemprego e economias pré-mercado

Dos negociantes que surgem na Antiguidade aos trabalhadores por conta própria do século 21 - passando pelos mestres de ofício da Idade Média e pelos inventores da Revolução Industrial - indivíduos independentes e pequenos empreendedores povoaram constantemente a história da sociedade econômica. No entanto, durante as economias pré-mercado, os fatores de produção – que mais tarde foram divididos pela economia de mercado em terra, trabalho e capital - estiveram misturados e combinados nas figuras do mercador, do servo, do senhor e do artesão, sem que nenhum deles desempenhasse no processo produtivo um papel exclusivo, ou possuísse um preço de mercado definido (HEILBRONER, 2008). Muitos indivíduos, inclusive, eram literalmente propriedade de seus senhores, não dispondo pessoalmente do seu corpo ou de sua própria mão-de-obra. Por esta razão, é na economia moderna, e a partir do surgimento do capitalismo, que o trabalhador independente passa a ser observado, sendo visto como um elemento de exceção por não pertencer à produção em escala e por estar ausente da força de trabalho assalariada.

Os exemplos que abrem este capítulo – mercadores, artesãos e inventores – aproximam-se bastante da situação de muitos autoempregados da atualidade, tanto em perfil como em relação aos motivos pelos quais atuam na economia informal. Se as feiras itinerantes que estenderam suas rotas até a Europa por volta do século 8 eram formadas por indivíduos de etnia específica, cuja cultura nômade via no comércio uma tradição, elas também abrigavam aventureiros e servos fugitivos. O fato era que, nas cidades medievais europeias, a origem desconhecida e a liberdade duvidosa dos mercadores itinerantes conferiam a eles uma posição inferior na sociedade, embora sua atividade fosse considerada de utilidade inquestionável. A entrada de produtos vindos do Oriente (Arábia ou Índia), negociados preferencialmente em dinheiro por comerciantes que se aventuravam em viagens longas e cheias de riscos e que utilizavam cálculos bastante rudimentares, estendeu-se até o século 15, quando o comércio local já estava organizado e não mais necessitava dos mercados ambulantes. Este cenário e seus atores lembram várias situações dos

autoempregados da atualidade: indivíduos que aderem à economia informal por pertencerem a grupos étnicos afeitos ao comércio, ou por desemprego, ou ainda por desajuste pessoal ao perfil do trabalhador assalariado. Por sua vez, a interpretação concedida à atividade comercial na Idade Média também se assemelha à interpretação a que se submete o setor informal dos dias de hoje, como sendo “assentado na exclusão, *locus* de inserção do excedente da força de trabalho” (AZEVEDO, 1993 *abud* GALEAZZI, 1994, p.166). Ou seja, embora sendo de extrema utilidade tanto econômica como social, é ambiente de permanência transitória e desqualificada de indivíduos com pouca instrução.

Ainda estabelecendo paralelos, poderíamos relacionar os mestres das corporações de ofício (guildas)¹ da Idade Média com inúmeros tipos de autoempregados da atualidade. A situação dos mestres era de tomada de risco para subsistência numa sociedade relativamente sem moeda, sem liberdade para precificação, e sem livre concorrência. Em Florença, por exemplo, a produção artesanal de itens como roupas e chapéus devia respeitar especificações estritas e detalhadas de feitio, cores e quantidade, sendo o autor de eventuais mudanças passível de multas e outras punições severas (RENARD, 1913). Tomadas as devidas proporções, a situação desses profissionais lembra as circunstâncias comerciais de franqueados da economia de mercado, que se submetem a limitações de mix de produtos, quantidade e preços estabelecidas por seus franqueadores. Da mesma forma, autoempregados que passam a atuar no setor informal como terceirizados por força de imposição de seu empregador (como forma de manter a relação de trabalho) enfrentam os riscos do trabalho autônomo ao mesmo tempo em que estão restritos à demanda do seu único cliente (PERULLI, 2003), exatamente como os diaristas e mestres da sociedade manorial².

Se tomarmos por referência os inventores que surgiram na Inglaterra durante o cenário de transformação tecnológica da Revolução Industrial, poderemos observar fenômenos típicos do autoemprego contemporâneo. O surto de inventos – destinados em especial para a indústria têxtil, mas também para a agropecuária e a indústria naval – esteve

¹ Organizações comerciais, profissionais e artesanais com origem em Roma, que regravam a conduta, as condições de trabalho e o modo de produção de bens e serviços urbanos na Idade Média. Os mestres – trabalhadores independentes – tinham poder de eleição de governo de sua guilda. Subordinados a eles, era costume existir aprendizes (de 10 a 12 anos de idade) e diaristas. A ascensão hierárquica ‘aprendiz/diarista/mestre/senhor’ da guilda era possível, ao menos em tese, sendo considerados para isso o tempo de ofício e o desempenho pessoal do candidato.

² Organização sócio-econômica que tinha como unidade o *manor*, propriedade rural privada, cujo dono, o ‘senhor da terra’, acumulava poderes políticos e sociais além do econômico. Em torno do *manor*, agregavam-se concentrações urbanas (aldeias) que dependiam também da proteção do senhor manorial.

a serviço do progresso tecnológico da produção e distribuição de produtos de consumo de massa. Oriundos das mais diversas posições sociais e profissionais, homens como James Watt, Matthew Boulton, John Wilkinson, Richard Arkwright, John Kay, Peter Onions e Henry Maudslay foram responsáveis “por fazer coisas novas, ou fazer de um novo jeito coisas já existentes”, cumprindo a função da “destruição criativa” descrita por Schumpeter como sendo a principal causa de novos ciclos de negócios e do desenvolvimento econômico (PARKER, 2004). Sob a percepção do autoemprego, é interessante observar que os inventores citados acima, além de participar das grandes mudanças na economia do seu tempo e das gerações subsequentes, provocaram também uma revolução em suas vidas pessoais. Por outro lado, cada um deles apresenta uma ou mais características hoje consideradas como as mais recorrentes – e, portanto, as mais estudadas – do perfil e da motivação de trabalhadores que vêm a ser autoempregados: ter casos de empreendedorismo na família; empreender a partir da evolução do ofício exercido no emprego formal; aproveitar oportunidades de inovação tecnológica, entre outras. Dos citados, apenas Matthew Boulton possuía capital para investimento, sendo que os demais contaram unicamente com o seu próprio capital humano para mudar de atividade, enfrentando o risco e a incerteza que caracterizam o setor informal. Muitos deles enriqueceram, inaugurando dessa forma uma nova era, quebrando paradigmas medievais de imobilidade econômica e social. Os motivos que os levaram ao autoemprego se assemelham àqueles que mobilizam os trabalhadores contemporâneos em direção à economia informal: perpetuar negócios familiares; alcançar ganhos maiores do que os proporcionados pelo emprego formal; dar vazão ao amor ao risco; aproveitar a oportunidade de um bom negócio; desejo de liberdade, além de se adaptar a circunstâncias macroeconômicas causadas por mudanças na estrutura setorial ou por políticas públicas.

Criando as invenções que depuseram o fabrico artesanal e que, por conseguinte, provocaram a derrocada das corporações de ofício, os inventores inauguraram uma nova classe de agentes econômicos: os empreendedores seminais da modernidade. Embora logo a seguir os trabalhadores autônomos tenham sido engolidos pelo mercado de mão-de-obra assalariada que o capitalismo veio a formar daquele momento em diante, depois de quase dois séculos, eis que eles ressurgem com expressividade digna de atenção. Tendo a indústria de transformação se intensificado em capital graças à modernização tecnológica, e o setor agrícola, da mesma forma se modernizado e atingido ganhos de produtividade, seria

inevitável que não houvesse mudanças profundas na distribuição da mão-de-obra. Nos anos 70 do século 20, a mudança de comportamento das taxas de autoemprego das economias desenvolvidas foi um dos fenômenos observados. A tendência que se mostrava declinante havia pelo menos um século – como veremos em capítulo à frente – retoma um crescimento acentuado que perdurou pelo mínimo por três décadas, ganhando destaque no meio acadêmico. Teorias sobre razões pessoais ou macroeconômicas para indivíduos escolherem o autoemprego, modelos econométricos de medição e interpretação de tendências, estudos comparativos entre países e de cenários regionais têm mapeado o fenômeno que passaremos a analisar nos conteúdos subsequentes.

O conceito que define o autoemprego como mera antessala onde os trabalhadores aguardam para ingressar no emprego formal - e para onde são devolvidos quando variações no cenário macroeconômico invertem suas tendências - aos poucos tem dado espaço a uma nova interpretação. Levando-se em conta as novas formas de organização do trabalho e a reestruturação industrial que coloca o setor de serviços em destaque, pode-se considerar a vocação do autoemprego como sendo também “um caminho de passagem para a modernidade, e o trabalhador autoempregado como um empreendedor que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente ao trabalho assalariado” (GALEAZZI, 1994).

2.2 Definições de autoemprego

Ao analisar os fatores de produção de uma economia capitalista, observa-se a contraposição e a combinação entre capital e trabalho, sendo o trabalho assalariado o formato clássico de mão-de-obra a ser contabilizada. No entanto, o contingente de trabalhadores de setores não-agrícolas que não pertencem à mão-de-obra assalariada e tampouco à classe capitalista corresponde a taxas que variam de 5 a 60% da força de trabalho, dependendo das características sócio-econômicas e do estágio de desenvolvimento do país em análise. Com tendência a redução quanto mais desenvolvida for a economia, a parcela de força de trabalho formada por “trabalhadores por conta própria” como é referida em alguns estudos é mais apropriadamente denominada de “autoemprego”. Segundo a

Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*) (ILO, 1993), pertencem ao autoemprego trabalhadores por conta própria e empregadores de pequenos negócios que contam com a mão-de-obra do próprio dono. Esses indivíduos combinam sua própria força de trabalho com alguma forma de autonomia sobre os meios de produção, detenção de capital e/ou insumos, desempenhando, a um só tempo, ambos os papéis no processo produtivo. Por outro lado, é também característica do autoempregado – sendo esta a que o distingue do capitalista – não acumular reservas advindas de sua renda, usando-a somente para sua própria sobrevivência. O autoemprego é, portanto, uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de produção e fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que participe diretamente da atividade produtiva, sendo seu objetivo primordial prover seu próprio emprego (PAMPLONA, 1999).

Quanto aos empresários de pequeno porte, Gomes (2009) define sua inclusão no autoemprego na medida em que estabelece sua atuação entre os limites de ‘quase’ trabalhadores e ‘quase’ capitalistas. Não sendo proveniente nem da força de trabalho assalariado nem dos lucros do capital, nele se inclui o empresário da pequena empresa porque, ainda que seja empregador, ele não é considerado um capitalista na acepção da palavra visto que seu negócio não pode prescindir da mão-de-obra do dono, e, por outro lado, a renda pessoal do proprietário é resultado de sua própria mão-de-obra e não dos lucros do negócio.

Sob o prisma de unidade econômica, o autoemprego também se apresenta de inúmeras formas. Trabalhadores ambulantes enfileiram-se com profissionais liberais e com empresários de empreendimentos de pequeno porte, resultando num setor chamado Economia Informal, conceito abordado mais adiante neste estudo. Quando analisado a partir da unidade econômica por ele gerada, o autoempregado tem sido, por diversos autores, associado ao empreendedorismo e explicado através das principais teorias deste fenômeno. É desta forma classificado ora pelo risco que toma ao não aderir ao trabalho assalariado, ora pela iniciativa de transformar situações desfavoráveis em oportunidade nos casos de desemprego ou perspectiva de maior prosperidade como autoempregado, ou então pela natureza do indivíduo, propensa à inovação, que o leva a criar novos ciclos produtivos (IVERSEN *et al.*, 2008). No entanto, Parker (2004) adverte que ambas as definições – de empreendedorismo e de autoemprego – permanecem como questões sem solução definitiva, embora estabelecer os limites do empreendedorismo seja ainda mais difícil, especialmente

no que diz respeito a medições do grau e tipo dos agentes empreendedores. Parker entende que, em virtude da disponibilidade de dados sobre autoemprego em pesquisas tanto governamentais como privadas, é mais fácil tomar o trabalhador por conta própria como agente passível de pesquisas empíricas, sendo inclusive *proxy* para medir a presença e o desempenho do empreendedorismo.

Por outro lado, ainda que seja mais fácil definir os termos ‘autoemprego’ e ‘autoempregado’, eles apresentam do mesmo jeito problemas e discordâncias na medição, especialmente por conta das chamadas zonas cinzentas, situadas nas fronteiras do autoemprego com o trabalho assalariado e com o desempenho do indivíduo capitalista.

2.3 Zonas cinzentas

As zonas cinzentas são inúmeras e de diversas naturezas. Entre autoemprego e trabalho assalariado, podem ser citados, por exemplo, trabalhadores por conta própria com autonomia em determinar o número de horas de trabalho e escolher a qual empregador prestar seus serviços, mas que mantêm subordinação a uma única firma-cliente. Nesta relação de trabalho típica da indústria da construção civil, a empresa-cliente provê material, capital e a própria obra onde será executado o trabalho, estabelecendo também os termos de contratação e remuneração. Esse fenômeno se relaciona a outro, o *outsourcing* - contratação de serviços terceirizados por parte de grandes empresas -, fortemente evidenciado nos anos 80, em países do mundo todo (BLAU, 1987). Ainda na fronteira entre autoemprego e emprego assalariado se encontram alguns tipos de vendedores; *freelancers*; profissionais que trabalham em casa, porém com dedicação exclusiva; corretores; profissionais de telemarketing; trabalhadores contratados através de agências de trabalho temporário; franqueados com contratos de dedicação exclusiva às marcas das franqueadoras; trabalhadores de empresas familiares não remunerados; membros de cooperativas.

Gomes (2009) chama a atenção ainda para um movimento recente de iniciativa de governos e empregadores no sentido de institucionalizar uma terceira categoria, intermediária entre autoempregados e trabalhadores independentes. Tema da Conferência Internacional do Trabalho e de relatórios da OIT (OIT, 2003 *abud* GOMES, 2009 p. 23), as

chamadas relações ‘camufladas’ de trabalho se apresentam como um contrato entre cliente e autoempregado, porém ocultam uma relação de assalariamento devido ao alto grau de dependência e subordinação do trabalhador. Esquivar-se de compromissos empregatícios legais e dividir o risco que envolve a atividade são alguns dos objetivos dos empregadores ao impor este tipo de relação de trabalho a empregados que passam a ser ‘fornecedores’. Um exemplo típico citado por Gomes são os motoristas de caminhão que são forçados a se tornar autoempregados alugando ou comprando seu próprio caminhão para seguir na atividade que antes exerciam como empregados. Investimento de capital, manutenção e seguro do veículo, e riscos com a carga passam a ser responsabilidades do trabalhador, que continua prestando dedicação exclusiva ao antigo empregador. Por ter crescido com vigor em vários países da Europa, América do Sul e na Austrália, o “*false self-employment*”, como está sendo chamado este tipo de relação de trabalho, tem sido analisado com preocupação também pela *Organization for Economic Co-operation and Development - OECD*³ (OECD, 2000).

Na divisa da atuação do autoemprego com a atuação do capitalista encontram-se os donos de empresas considerados tecnicamente como empregadores, em muitos países, e não como autoempregados, mesmo quando seu desempenho se assemelha ao do autoempregado. Tais similaridades, como já citado anteriormente, podem ser pertinentes ao tipo de administração (empreendimento com estrutura de baixa complexidade, e por esta razão de caráter informal), ao tipo de participação do proprietário no negócio (é investidor dos recursos necessários para a produção, mas também participa da produção propriamente dita), assim como ao destino do lucro do empreendimento (de uso exclusivo para seu sustento e de reposição do capital de giro, sem margem para acumulação de capital). Quando empresários com perfil de autoempregados são classificados como empregadores, isto gera, em muitos casos, diferenças importantes na aplicação de pesquisas. Simon Parker (2004) cita ainda outras dificuldades encontradas na homogeneização das informações, que podem conduzir a inúmeras diferenças na classificação de trabalhadores: definições legais quanto a tipos de contrato de trabalho, e classificação de atividades e critérios particulares de cada pesquisa (por exemplo, se o entrevistado se autointitula ou não autoempregado). O autor sugere, portanto, que, ao se estudar o fenômeno do autoemprego no nível prático e

³ A OECD, organização criada em 1960 e dedicada ao desenvolvimento global, reunia inicialmente apenas 18 países europeus, os Estados Unidos e o Canadá. Atualmente, abriga também países da América do Sul e Ásia, totalizando 34 membros.

para fins de medição, além de trabalhadores autônomos, sejam considerados pequenas empresas como fonte de dados, especialmente quando esta classe de empreendimento mostrar relevância na economia em estudo. Parker lembra, no entanto, que definir o que são pequenas empresas tampouco é tarefa fácil: “A definição de tamanhos de empresas costuma ser arbitrada por indústrias específicas”.

Nesse sentido, a iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em estudar o fenômeno do autoemprego, através da pesquisa intitulada “Economia Informal Urbana 2003” (IBGE 2003), colocou sob o guarda-chuva da economia informal trabalhadores domiciliados atuando por conta própria e pequenos empregadores (até cinco empregados remunerados), com exclusão dos trabalhadores domésticos. De toda maneira, os organizadores da pesquisa tiveram a preocupação de explicar o critério utilizado quanto ao número de empregados dos pequenos negócios: “como qualquer outro, o corte no número de empregados é também um corte arbitrário”, argumentaram, informando ainda se tratar de um corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal (IBGE 2003).

2.4 Economia informal

O trabalho acima citado, que dará suporte de dados para o presente estudo, considera fazendo parte do setor informal unidades econômicas não-agrícolas, sejam elas comandadas por um autoempregado ou empregador, que produzam bens e serviços e que tenham como objetivo gerar renda ao autoempregado e aos por ele empregados. A produção em pequena escala, o baixo nível de organização e a quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção são as referências de informalidade usadas pela pesquisa, independentemente do seu status legal ou das relações que as unidades mantinham com as autoridades públicas. Ou seja, a ausência ou existência de registros não foi tomada como critério para a definição do informal, e sim o modo de organização e funcionamento da unidade econômica. Também por entender que são itens irrelevantes para a análise do setor informal, o estudo desconsiderou o local onde é desenvolvida a atividade, assim como a utilização de ativos fixos, a duração das atividades, e ser a atividade principal ou secundária do autoempregado.

O conceito de setor informal surgiu nos anos 70, a partir da percepção da convivência de dois setores contrastantes no mercado de trabalho: um deles moderno e de elevada produtividade, e o outro apresentando baixa complexidade, informalidade e alto grau de dependência. Levando-se em conta a organização da produção, identifica-se o setor informal como uma forma de produção mercantil simples, em pequena escala, caracterizada pela ausência da distinção capital/trabalho, e subordinada à dinâmica do núcleo capitalista da economia onde o setor se encontra (GALEAZZI, 1994).

Os debates iniciais sobre as causas e características do setor informal se organizaram em três escolas dominantes: dualista ou estruturalista, marxista e legalista (Sanchez, 2009). Popularizada nos anos 70, a dualista explica o setor informal como composto de atividades marginais que proveem renda aos menos favorecidos e aos desempregados do setor formal. O grupo de pequenas empresas e trabalhadores independentes está subordinado ao setor formal, sendo usado por este para redução de custos com insumos e mão-de-obra, proporcionando, por consequência, maior competitividade às grandes empresas. Ainda segundo a escola, que encontra ressonância no “Modelo de Lewis”⁴, este convívio seria transitório até que o setor tradicional fosse completamente absorvido pelo moderno. Por este motivo, as taxas do setor informal e as taxas de crescimento de uma economia estariam negativamente relacionadas.

Ao contrário do que acredita a teoria dualista, a escola marxista vê estes dois diferentes modos e formas de produção como interdependentes e necessários para sua mútua sobrevivência, acreditando ser exatamente o desenvolvimento capitalista e suas necessidades de mão-de-obra de reserva – e não a ausência de crescimento – o fator responsável pela permanência do setor informal. Já a escola legalista, tendo surgido na década de 80, entende a economia informal como formada por ‘valentes microempreendedores’ que escolhem operar informalmente para evitar os custos, a perda de tempo e o esforço causados pelos registros formais que costumam ser impostos por governos ‘paquidérmicos’ e de alto custo (W.I.E.G.O.)⁵.

⁴ Modelo de mudança estrutural que explica como se dá a transferência do trabalho numa economia dual, baseado na crença de que o crescimento econômico exige mudanças estruturais que propiciem a migração do trabalho de setores tradicionais (de baixo ou zero produto marginal) para setores modernos, onde o produto marginal é elevado e crescente.

⁵ *Women In Informal Employment: Globalizing and Organizing*

No entanto, a percepção sobre o papel e importância da economia informal tem evoluído. Diante das novas formas de organização do trabalho e da reestruturação industrial – na qual tomam evidência setores onde a mobilidade da produção em pequena escala oferece maior eficiência, o setor informal ganha nova interpretação. Não mais visto como um espaço de exclusão para onde é conduzido o excedente da força de trabalho assalariada, esta nova interpretação descreveria a economia informal como “um caminho de passagem para a modernidade, e o trabalhador como um empreendedor que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente ao trabalho assalariado” (GALEAZZI, 1994).

Embora a importância da economia informal já seja um ponto pacífico como objeto de estudo e monitoramento econômicos, o caráter e o papel das atividades informais de uma economia em particular são mais bem interpretados a partir de sua contextualização histórica e a partir da análise dos dados disponíveis.

3 TENDÊNCIAS

3.1 Tendências internacionais

Durante todo o século 20, os índices de autoemprego se apresentaram em declínio, à medida que os países se desenvolviam economicamente. O fenômeno deveu-se ao avanço do modo de produção especificamente capitalista de emprego de economias de escala que, desde a Revolução Industrial, passou a absorver a mão-de-obra disponível, provocando em alguns setores econômicos a expulsão do autoemprego. Na percepção de Karl Marx, o autoempregado, na condição de capitalista de si mesmo, poderia ser considerado uma ‘anomalia’ em relação ao modo de produção dominante, causando questionamentos sobre gerar um trabalho produtivo ou improdutivo ⁶. Observado sob esta ótica, o autoemprego seria um tipo de mão-de-obra com tendência à extinção ou - no mínimo - à redução, como de fato se comprovou ser nos séculos subsequentes ao tempo de observação de Marx.

No entanto, a partir dos anos 70, em algumas economias industriais avançadas, as taxas em setores não-agrícolas apresentaram uma reversão em sua tendência ao declínio, atingindo um pico em meados dos anos 90, tendo voltado a decrescer desde então. Entre os inúmeros autores que analisaram a reemergência do autoemprego nos países do Hemisfério Norte, estão D.M. Blau, R. L. Alonson, A. Bryson, M. White e S.C. Parker. Blau (1987), em estudo que propõe um modelo de equilíbrio geral aplicado ao autoemprego nos Estados Unidos, conclui que mudanças tecnológicas e de estrutura industrial, e benefícios sociais ligados à aposentadoria seriam, de uma forma geral, responsáveis pela reversão do declínio das taxas de autoemprego naquele país.

A simultaneidade do fenômeno em países da Europa, Ásia e América do Norte indicou que a reversão ocorrida nos anos 70 estaria associada a mudanças de natureza fundamental das economias em questão, mudanças “capazes de tornar o autoemprego mais atrativo e/ou competitivo” (BLAU, 1987). A respeito desse fenômeno, as hipóteses são: a indústria intensiva em capital que, desde o pós II Guerra Mundial, atingiu altos níveis de

⁶ Segundo Marx, é produtivo aquele trabalho que é consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital, e não usado para consumo final (MARX, K. O Capital – Livro I Capítulo VI (Inédito), 1978, pág. 70.).

produtividade e passou a praticar *downsizing*; a revolução dos recursos tecnológicos domésticos e de telecomunicações que habilitam trabalhadores independentes ao sistema remoto de prestação de serviços; *outsourcing* praticado pelas empresas visando maior flexibilidade de produção para acompanhar mercados internacionalizados e altamente competitivos; mudanças nos critérios do emprego e da aposentadoria, entre outras hipóteses.

Noorderhaven *et al.* (1999) atribui a reemergência do autoemprego à importância que a indústria de serviços passa a ter em estágios avançados de economias desenvolvidas. A tecnologia da informação, a disponibilidade de capital e a diferenciação de mercados levam a uma deseconomia de escala, propiciando a sobrevivência e proliferação de pequenas empresas e trabalhadores independentes. Ainda de acordo com Noorderhaven, a reemergência do autoemprego estaria mais ligada a mudanças na estrutura setorial e a novas tecnologias em uso do que à prosperidade em si. “A expectativa é de uma relação negativa entre prosperidade e taxas de autoemprego.”

Utilizando o ‘trabalho por conta própria’ (classificação da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE) como *proxy* do autoemprego, o estudo realizado por Gomes (2009) revela que as taxas de autoemprego no Brasil acompanharam as mesmas tendências de reemergência e declínio das taxas das economias avançadas, porém com uma defasagem de aproximadamente 10 anos. Igualmente, Pamplona (1999) confirma a existência de tendências de crescimento das taxas de autoemprego idênticas às verificadas no Hemisfério Norte durante o século 20, com posterior decréscimo. Durante a década 2002-2011 em que se insere a *cross section* objeto do presente trabalho, as taxas de trabalhadores por conta própria, no Brasil e na Região Metropolitana de Porto Alegre, também estiveram em declínio, como pode ser observado na Figura 1.

3.2 Autoemprego e crescimento econômico

Se, por um lado, o autoemprego é considerado uma alternativa ao trabalho assalariado, por outro, ele está também associado ao empreendedorismo. Em ambos os casos, essa modalidade de ocupação é considerada benéfica para a vida econômica e social de países e regiões, embora taxas positivas de autoemprego possam estar relacionadas a

taxas negativas de crescimento econômico. Essa aparente contradição se dá porque a alternativa do autoemprego nem sempre é ‘transbordamento e comercialização do conhecimento’, como sugere a Teoria do Empreendedorismo pelo Transbordamento do Conhecimento formulada por Audretsch (AUDRETSCH *et al.* (2006), *abud* BARROS, 2008, p. 982), que relaciona positivamente empreendedorismo e crescimento econômico.

Embora associado a inovação tecnológica e desenvolvimento de capital humano – determinantes do crescimento endógeno – o empreendedorismo pode ter importâncias e efeitos diferentes a cada fase de desenvolvimento de uma economia, apresentando maior efeito positivo sobre o crescimento quanto mais perto o país ou o setor estiver da ‘fronteira tecnológica’ (BARROS, 2008). Essa hipótese, testada através de modelo schumpeteriano elaborado por Aghion e Howitt, conclui que a entrada de novos empreendimentos desafia e ameaça empresas já estabelecidas, que reagem com mais inovação e produtividade, resultando num efeito positivo sobre o crescimento. Neste cenário, a atuação empreendedora corresponderia ao conceito descrito por Schumpeter em sua obra “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”. No entanto, em economias que estão muito abaixo da fronteira tecnológica, onde a inovação ainda permanece concentrada nas grandes empresas e sem ‘transbordamento’, o autoemprego é um movimento de empreendedorismo por necessidade, como se o trabalhador fosse ‘expulso’ do meio de abundância para a margem da escassez. Através dessa perspectiva, a taxa de autoemprego volta a cair quando o desenvolvimento é retomado (de relação negativa com o crescimento econômico, portanto), pois o autoempregado volta a se empregar como trabalhador assalariado em busca de maior produtividade e rendimento nas grandes empresas, abandonando o setor informal que, no caso, é apenas ambiente provisório e necessário. Com os rendimentos seguros proporcionados pelo mercado convencional de trabalho, “um número menor de indivíduos está disposto a se expor ao risco do autoemprego” (NOORDERHAVEN *et al.* 1999).

Em países em desenvolvimento como o Brasil, em posição afastada da fronteira tecnológica, o autoemprego pode estar relacionado positivamente ao desemprego por desqualificação da mão-de-obra. As pesquisas realizadas pelo GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* procuram distinguir empreendedores por oportunidade dos

empreendedores por necessidade. No segundo caso, o empreendedor surge por falta de alternativa de trabalho ou renda, por recessão ou por desqualificação profissional, onde uma taxa elevada de empreendedorismo geralmente está relacionada a um nível baixo de desenvolvimento ou a um nível alto de desemprego, verificado durante o período e região em análise⁷.

3.3 Autoemprego no Brasil

Embora as taxas de participação dos trabalhadores por conta própria no Brasil venham decrescendo desde o início do século 21 (Figura 1), em 2010, os autônomos corresponderam a 17,4% do total da população ocupada (PME-IBGE). Também é digno de nota o total de mais de três milhões de empregos gerados por empresários considerados autoempregadores, o que significa 8% dos empregos formais do Brasil (RAIS-2006). Como os números conseguem mostrar, em ambas as subdivisões (trabalhadores por conta própria e empregadores), os trabalhadores do setor informal respondem por uma parcela de força de trabalho importante para a economia brasileira.

⁷ A existência de uma relação positiva entre autoemprego e desemprego se dá na análise por séries de tempo, sendo que o tempo de defasagem considerado para fins de correlação é de 5 a 10 meses (GOMES, 2009)

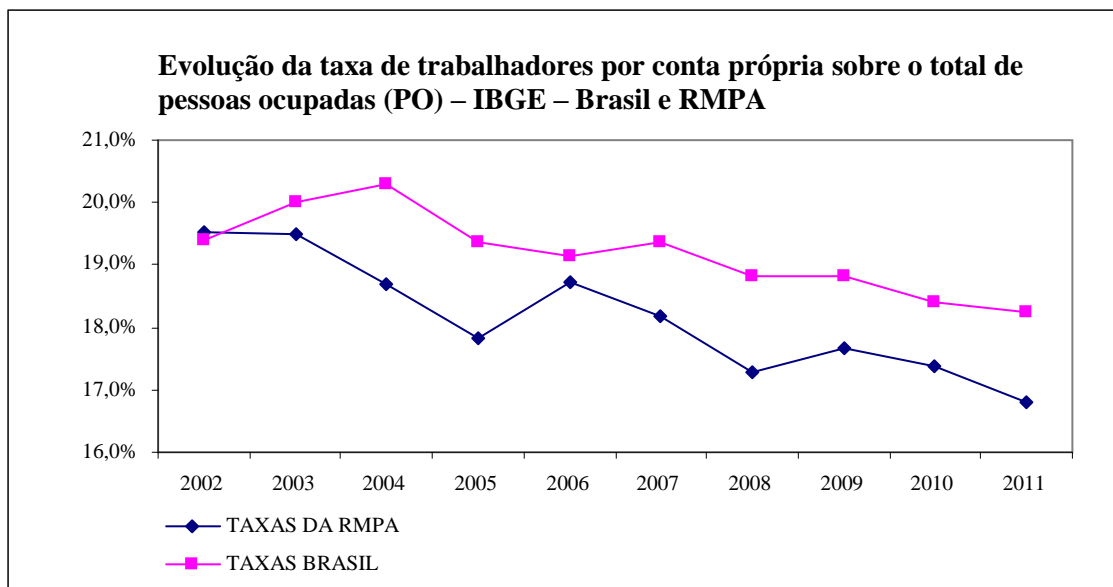


Figura 1 - Evolução da taxa de trabalhadores por conta própria sobre o total de pessoas ocupadas (PO) – IBGE - Brasil e Região Metropolitana de Porto Alegre
Elaboração da autora com base em dados da Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE segundo os meses da pesquisa mar. 2002 - fev. 2011

Analisado pelo ponto de vista do empreendedorismo, de acordo com o relatório do GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* sobre 2009 (GEM, 2010), o Brasil ocupou o 14º lugar no ranking mundial, com uma taxa de 15%, o que significa que, em 2009, de cada 100 brasileiros, quinze realizavam alguma atividade empreendedora até o momento da pesquisa. Embora com este desempenho a Taxa de Atividade Empreendedora (TAE) brasileira tenha retornado ao nível atingido no início da década, até 2008, a taxa havia se apresentado decrescente, sendo que em 2001 correspondia a 14,20%, atingindo o auge da curva em 2005, com 11,3% (Figura 2). Esse crescimento repentino da TAE, se associado à queda brusca do PIB per capita ocorrido em 2009, revela-se coincidente com as tendências internacionais das taxas do setor informal, que apresentam relação negativa com o crescimento econômico.

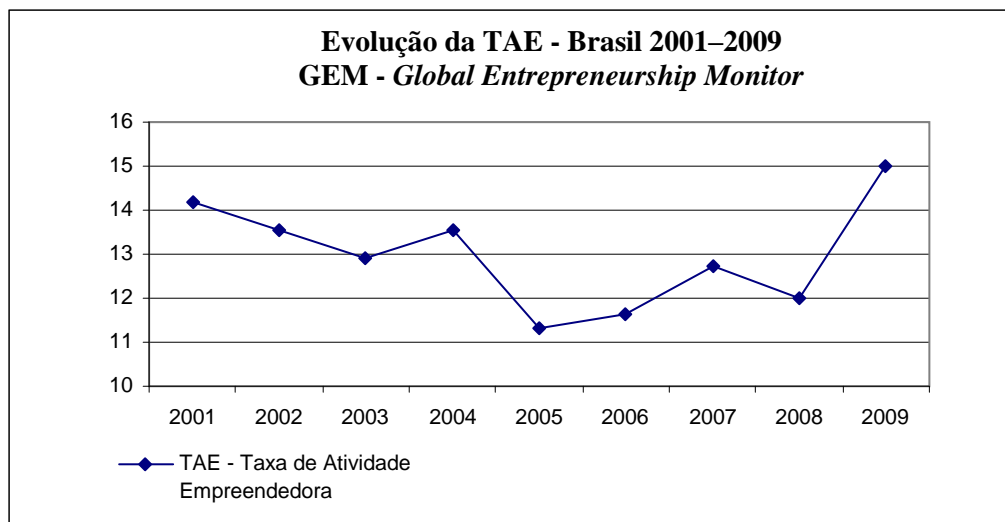


Figura 2 - Evolução da TAE – Taxa de Atividade Empreendedora – Brasil 2001- 2009

Elaboração da autora com base em dados do "Empreendedorismo no Brasil" – (GEM 2007, 2008 e 2009)

Na análise dos relatórios brasileiros do GEM de 2001 a 2009, é também digna de nota a proporção dos dois tipos de empreendedorismo contabilizados pela instituição - Empreendedorismo por Oportunidade e Empreendedorismo por Necessidade. Enquanto que a taxa TAE, durante o período 2001-2008, se apresentava, na média, decrescente (e o PIB com tendência crescente), a proporção de Empreendedorismo por Oportunidade se apresentava em crescimento, atingindo seu auge em 2008, correspondendo a 67% dos 12% da TAE (Figura 3). Em 2009, embora tenha decaído em 5,5 pontos percentuais, manteve-se acima da média do período. Essa informação é reveladora da evolução do perfil empreendedor brasileiro. Em 2003, por exemplo, ano dos dados que serão analisados pelo presente estudo, a taxa de empreendedorismo brasileiro era de 12,9%, sendo que a proporção dos motivos de empreender correspondiam apenas a 55,60% por oportunidade e 44,4% por necessidade.

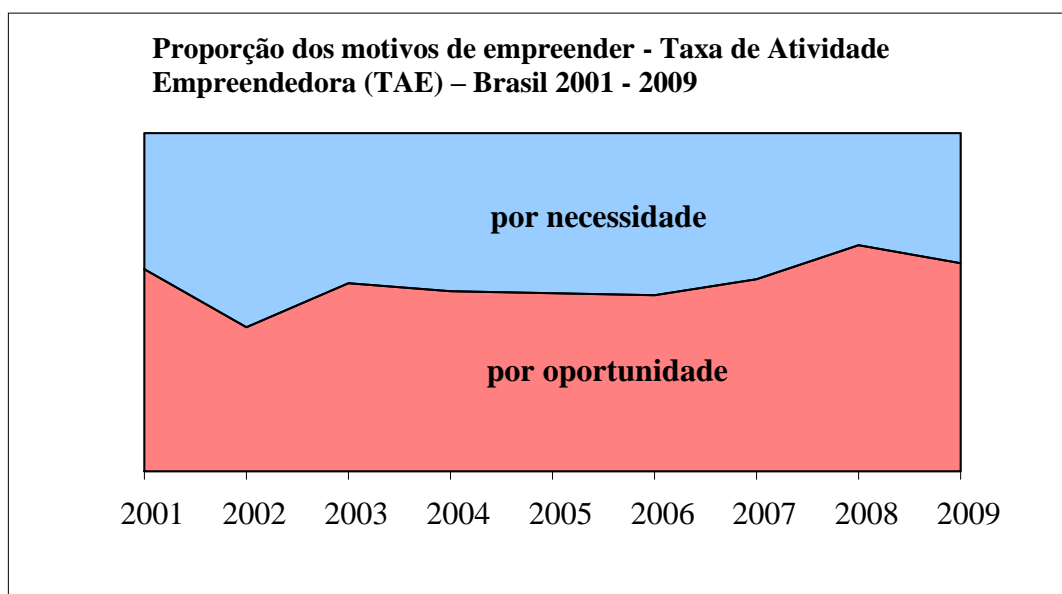


Figura 3 - Proporção dos motivos de empreender TAE - Taxa de Atividade Empreendedora - Brasil 2001-2009
Elaboração da autora com base em dados do “Empreendedorismo no Brasil” – (GEM, 2009)

Embora em franca ascendência, a proporção de empreendedores que apresentam motivos ligados à prosperidade ainda está abaixo da média alcançada pelos países em fase de desenvolvimento *efficiency-driven* na qual o Brasil está classificado pelo GEM, que corresponde a 64%. Gomes (2009) conclui que o autoemprego no Brasil ainda pode ser visto como “um fenômeno mais negativo no país, tendo a servir como uma alternativa ao trabalhador diante de situações adversas no mercado de trabalho”. Barros (2008), que utiliza o termo empreendedorismo para subordinar os trabalhadores por conta própria e os pequenos empreendedores sob um mesmo conceito, estabelece relações entre empreendedorismo, desemprego e crescimento econômico para dados dos municípios de Minas Gerais. Chega à conclusão de que existe uma correlação positiva entre os dois primeiros fenômenos, e negativa entre empreendedorismo e crescimento econômico. No tópico “Motivação dos autoempregados na RMPA” do presente estudo, o tema será retomado durante a observação de dados da pesquisa “Economia Informal Urbana 2003” (IBGE, 2005).

Ocupando o terceiro lugar, o Rio Grande do Sul se destaca no ranking de estados brasileiros que abrigam Micro e Pequenas Empresas (BEDÊ, 2006). Por outro lado, tomando-se o trabalhador por conta própria como indicador de desempenho de

autoemprego, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE informam que as taxas dos trabalhadores por conta própria no total de Pessoas Ocupadas da Região Metropolitana de Porto Alegre vêm decrescendo, e têm estado abaixo das taxas nacionais (Anexo 1). Conforme foi visto na Figura 1, nos últimos nove anos, o percentual de trabalhadores por conta própria regrediu de 19,51% (2002) para 16,80% (primeiros dois meses de 2011), e, durante este período, a RMPA apresentou taxas em média 1,1 ponto percentual abaixo das taxas nacionais.

3.4 Autoemprego e localização

Haverá “leis” econômicas para explicar as escolhas de localização das empresas?, pergunta Mario Polèse (1998). Custos de distância, condições técnicas de produção, concorrência, origem de matérias-primas, mercado consumidor e mão-de-obra são apenas algumas das variáveis a serem levadas em conta na hora do empreendedor escolher o lugar de sua empresa. A mobilidade das empresas também está atrelada ao setor de atuação. Enquanto que empreendimentos dedicados a produção de objetos materiais consideram custos de transporte e proximidade insumos e mão-de-obra, empresas de serviços podem se beneficiar das tecnologias de telecomunicações, se afastando do cliente final e optando por centros urbanos complexos. Lá, estarão próximos de uma concentração maior de recursos técnicos e mão-de-obra qualificada. “Numa economia de mercado, a empresa procura normalmente instalar-se no lugar em que os seus custos sejam mais baixos”, resume o autor.

Fotopoulos e Louri (2000) chamam atenção sobre teorias de localização que explicam a sobrevivência de empreendimentos entrantes e daquelas empresas que estão revedo sua situação no mercado. As hipóteses citadas pelos autores, “*inner-city incubator*” (Vernon, 1960) e “*filtering-down*” (Thompson, 1968), apostam nas áreas metropolitanas como a solução estratégica de sobrevivência inicial, podendo estes locais ser abandonados mais tarde, quando a empresa já tiver crescido e sedimentado sua atuação. Externalidades, acesso a informações, disponibilidade de mão-de-obra especializada, acesso a grandes empresas e a uma concentração maior de possíveis clientes são as razões apontadas por ambas as teorias.

Por outro lado, Noorderhaven *et al.* (1999) entendem que a densidade populacional tem efeito negativo sobre a taxa de autoemprego. Segundo os autores, regiões de baixa densidade populacional necessitam de estruturas mínimas de abastecimento, comércio e serviços, propiciando a economia informal e os pequenos negócios. Inversamente, áreas urbanas exigem e fomentam economias em escala, exercendo pressão sobre empreendimentos de pequeno porte e sem competitividade.

4 REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Com o intuito de contextualizar o recorte geográfico escolhido para a análise empírica que será desenvolvida na segunda parte deste estudo, nesta seção serão apresentados dados e aspectos fundamentais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

4.1 Dados gerais

Localizada no nordeste do Estado (ver Anexo 2 e Anexo 3), a Região Metropolitana de Porto Alegre é a área mais densa do Rio Grande do Sul, concentrando 37% da população em 32 municípios⁸. Nela encontram-se nove entre os 18 municípios do Estado com mais de 100 mil habitantes. Ocupando uma área total de 10,1 mil km², abriga 3,98 milhões de habitantes (dados de 2010). Com 87,7 bilhões de reais (dados de 2008), é responsável por 45,4% do PIB do Estado (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL).

Os municípios que compõem a RMPA apresentam grandes disparidades quanto ao PIB per capita e aos indicadores sociais, refletindo a distribuição desigual de agentes econômicos e de equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento. Seu território integra cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento: Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale dos Sinos, Paranhana-Encosta da Serra, Centro-Sul e Vale do Caí.

A RMPA constitui-se em foco de atração no Estado. Esta característica, antes restrita a Porto Alegre e cidades mais populosas, agora se verifica nas cidades da periferia da região, onde aportam migrantes de todo o Estado, atraídos pelos preços mais baixos da terra e pelas facilidades de emprego das áreas de expansão econômica. Os municípios de Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Nova Hartz e Dois Irmãos apresentaram as taxas mais altas de crescimento no período 1991 a 2000, muito acima da média estadual, estando entre os municípios do Rio Grande do Sul que mais cresceram na década. Por outro lado, municípios como Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Porto Alegre tiveram crescimento

⁸ Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.

próximo ou abaixo da média estadual, demonstrando inversão de tendência (MAMMARELLA e BARCELLOS, 2009).

4.2 Estrutura socioocupacional

Ainda de acordo com Mammarella e Barcellos (2009), a proporção de população ocupada na RMPA, que indica o nível de atividade da população, em 1991 correspondia a 40,76%, e em 2000, 42,20%. Considerando separadamente o núcleo metropolitano, que é a capital do Estado, e os demais municípios que conformam a RMPA, verifica-se que o padrão relativo de ocupação não difere muito do padrão da região como um todo, percebendo-se apenas que os percentuais em Porto Alegre são um pouco mais elevados do que os do conjunto dos demais municípios. A taxa de ocupação, portanto, é relativamente mais elevada na área.

A dinâmica econômica e social da Região não se restringe à capital, disseminando-se no conjunto do território metropolitano, a ponto de permitir a identificação de duas subespacialidades:

1^a - Subespacialidade nucleada por Porto Alegre e que abarca os municípios populosos que lhe são próximos, onde se localizam importantes e diversificadas plantas industriais, que incluem uma montadora de automóveis e indústrias petroquímicas;

2^a - Subespacialidade hierarquicamente inferior, nucleada pelos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, localizada na porção norte do território, onde se encontra um dos principais polos do setor coureiro-calçadista do país.

Em termos da estrutura socioocupacional média da RMPA, levando-se em consideração as oito categorias que foram criadas de modo a se constituírem em *proxies* da hierarquia social (Figura 4), constata-se que há um nítido predomínio de trabalhadores

nas categorias Ocupações Médias⁹ e Trabalhadores do Secundário, que, em conjunto, equivaliam a 58,73% dos ocupados em 1991 e a 54,29% em 2000. A queda de 4,44 pontos percentuais no peso desses dois grupos de ocupações entre os anos de 1999 e 2000 está fortemente influenciada pela retração de duas categorias de trabalhadores: os da indústria tradicional, que diminuíram sua participação de 12,83% para 8,90%, e os empregados de escritório, que equivaliam a 11,85% dos ocupados em 1991, baixando para 9,29% em 2000.

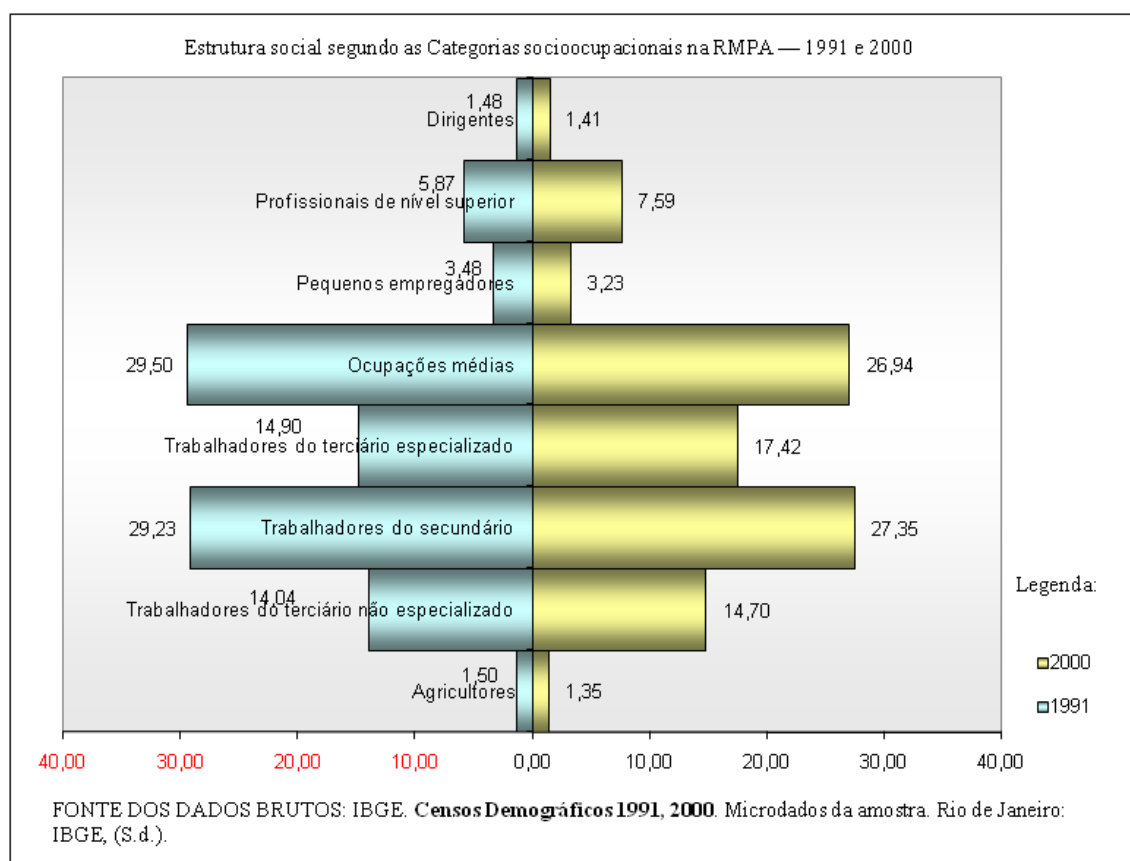


Figura 4 – Estrutura social segundo as categorias socioocupacionais na RMPA – 1991 e 2000

Fonte: Site da FEE – Página “Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática”

⁹ Ocupações de escritório, de supervisão, técnicos de saúde e educação de nível médio, segurança pública, justiça e correios, artísticas e similares.

Um segundo patamar nessa hierarquia revela-se na nada desprezível presença dos trabalhadores do Setor Terciário na RMPA. Para efeitos analíticos, foi feita a distinção entre o Setor Terciário especializado, que engloba os trabalhadores no comércio e os prestadores de serviços especializados, e o Setor Terciário não especializado, que agrega os prestadores de serviços não especializados, os domésticos e os ambulantes e biscateiros. Essas duas categorias, somadas, representavam 28,94% dos ocupados metropolitanos em 1991 e 32,12% em 2000. Este aumento de 3 pontos percentuais se deve ao aumento relativo dos prestadores de serviços especializados, que, de 6,49%, passaram a representar 8,69% na estrutura, entre um ano e outro.

Os profissionais de nível superior posicionam-se em quarto lugar em termos de participação na hierarquia da Região, mas num patamar bem inferior ao das categorias anteriores. Sua presença representava 6% na estrutura de 1991 e 8% na de 2000. Os pequenos empregadores, também com peso relativo baixo (com pouco mais de 3% em ambos os anos), superam ainda os dois extremos da hierarquia social: os dirigentes e os agricultores, que não correspondem a mais que 1,5% dos ocupados nos dois anos.

No conjunto metropolitano sem a capital, as categorias dos trabalhadores industriais têm presença significativa. Eles constituíam 39% dos ocupados em 1991, diminuindo para cerca de 36% em 2000. Esse resultado corresponde ao perfil econômico da RMPA, onde a maior presença de atividades industriais, tanto modernas como tradicionais, localiza-se fora da Capital, que, desde os anos 70, vem sofrendo processos relativos de desindustrialização. Mesmo com perfil mais industrial, o conjunto metropolitano sem a capital tem um peso de ocupações médias bem significativo, girando em torno dos 23% num ano e noutro. As categorias do Terciário exibem peso semelhante na estrutura social da capital e de fora dela. Os trabalhadores do Terciário especializado representavam cerca de 15% em 1991 nas duas espacialidades, e tiveram um incremento relativo em dois pontos percentuais em 2000. A proporção de trabalhadores do Terciário não especializado, no entanto, manteve-se em ambos os recortes e nos dois anos, com um tamanho relativo em torno dos 14%. Os agricultores, por sua vez, embora em menor número, estão majoritariamente localizados fora de Porto Alegre (MAMMARELLA e BARCELLOS, 2009).

4.3 Demografia

A população metropolitana ocupada, em termos médios, é predominantemente jovem, do sexo masculino e de cor branca. As distinções, no que diz respeito à cor, aparecem no perfil dos trabalhadores do Terciário não especializado, entre os quais cerca de 25% é de cor não branca, enquanto, nas categorias superiores, eles não ultrapassam os 5%. Portanto, sua presença mais significativa ocorre entre os mais pobres.

Não obstante a forte presença masculina na média dos ocupados, embora descendente, verifica-se que algumas categorias são marcadamente femininas. No Terciário não especializado, é maciça a presença de mulheres no trabalho doméstico, onde elas representavam, tanto em 1991 como em 2000, mais de 90% dos ocupados. Entre as ocupações médias, elas se destacam no trabalho vinculado aos setores da saúde e educação, onde são mais de 80% dos trabalhadores. Cabe mencionar a igualmente importante e crescente presença feminina na indústria tradicional (quase 50% em 2000), que é minoritária na média das ocupações industriais. Também é digno de nota o fato de que, entre os profissionais de nível superior, os homens não chegam a 45%, o que poderia indicar que a qualificação nos cursos superiores, de certa maneira, poderia igualar as oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, discriminando as ocupações incluídas nesse conjunto de categorias, constata-se que o grande peso feminino nas ocupações relacionadas ao magistério é responsável pela média. Na verdade, nas demais categorias, a presença masculina é majoritária.

Quando se analisa a proporção de idosos, assim considerados os que têm 65 anos ou mais, chama atenção que, na Região como um todo, ela é baixa, embora, em 2000, tenha sofrido pequeno incremento (menos de 2%). Contudo, entre os agricultores, encontra-se uma proporção relativamente alta de idosos, tanto em 1991, quando essa cifra era de cerca de 5%, como em 2000, quando chegou a quase 8%. Entre dirigentes e pequenos empregadores, a proporção de idosos, embora não tão elevada, ficou acima da média (MAMMARELLA e BARCELLOS, 2009).

4.4 Renda

Os indicadores de renda expressam, em geral, a ordem da hierarquia social, ou seja, quanto mais acima, maior será a média de rendimentos. Os agricultores constituem exceção no que diz respeito ao rendimento médio do trabalho principal, onde exibem média levemente mais alta do que a dos trabalhadores do Terciário não especializado nos dois anos considerados. Há que se destacar, ainda, uma mudança na ordem hierárquica ocorrida entre 1991 e 2000. Neste último ano, os pequenos empregadores superaram os profissionais de nível superior e os dirigentes, na renda média familiar per capita, e os profissionais de nível superior, na renda média do trabalho principal, indicador que, em 1991, praticamente os igualava. É importante considerar que aumentou a distância entre a maior e a menor renda média para todos os grupos de categorias, levando-se em conta os três indicadores, sendo que, nos de renda familiar, o incremento foi mais significativo (MAMMARELLA e BARCELLOS, 2009).

4.5 Migração

É elevada, na média da população da RMPA, a proporção de pessoas não nascidas no município onde residem. No entanto, algumas particularidades chamam atenção quanto aos diferenciais por categorias socio-ocupacionais e por origem da migração. Nas categorias dirigentes e entre pequenos empregadores, aparecem as mais altas proporções de nascidos no estrangeiro. Do mesmo modo, os migrantes nascidos na Região Sudeste estão em maior peso entre dirigentes, mas sobressaem-se também no conjunto dos profissionais de nível superior. Já os nascidos no Paraná e em Santa Catarina, além de serem relevantes entre pequenos empregadores, também se destacam entre trabalhadores do Secundário. Assim, no caso da RMPA, quando aumenta a distância dos deslocamentos, a migração torna-se mais seletiva.

4.6 Instrução

Quanto mais elevada é a posição na estrutura social, melhores são os índices de instrução. São exceção os profissionais de nível superior que superam os dirigentes, tendo, no entanto, exibido uma redução na média de anos de estudo no período (MAMMARELLA e BARCELLOS, 2009).

5 AUTOEMPREGO NA RMPA

5.1 Origem dos dados

Para a análise empírica do autoemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, o presente estudo utilizou como fonte de dados a pesquisa “Economia Informal Urbana 2003” (IBGE, 2005), de agora em diante intitulada Ecinf 2003, que é sequência de uma primeira edição, a Ecinf 1997. Uma parceria do IBGE com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a pesquisa visa “contribuir para melhor compreensão da realidade brasileira no que se refere às características dos pequenos empreendimentos, em especial dos que compõem o setor informal”.

A Ecinf 2003 é uma *cross section* que toma como delimitação de amostra unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços, cujo objetivo seja a geração de empregos e rendimento para as pessoas envolvidas. São fatores determinantes para ser considerada unidade do setor informal: a produção em pequena escala, a organização de baixo nível e a quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção. Também é critério estrito que tais unidades sejam de propriedade de trabalhadores por conta própria ou de empregadores com até cinco empregados, que – por tal definição – se constituem em autoempregados propriamente ditos (ILO, 1993). Tanto os critérios referentes à unidade econômica quanto à qualificação de seus proprietários são baseados nas recomendações da 15ª Conferência de Estaticistas do Trabalho, promovida pela *International Labour Organization* (ILO), de 1993 (Anexo 4).

Os dados da Ecinf 2003 têm origem em uma amostra probabilística de domicílios obtida por estratificação das unidades primárias (setores urbanos), e seleção com probabilidade proporcional ao total de domicílios ocupados na época do Censo Demográfico 2000. Nestes domicílios, foram selecionados e entrevistados trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com 10 anos ou mais de idade, moradores de áreas urbanas e que exercessem atividades não-agrícolas, excluindo-se empregados domésticos, moradores de rua e atuantes em atividades ilegais. Os participantes cederam informações sobre seu status profissional, familiar e econômico durante o mês de outubro de 2003. Uma observação de grande relevância para a validação dos dados é defendida

pelos organizadores da pesquisa da seguinte maneira: “Extrair dele (do autoempregado entrevistado) as informações sobre a firma ou negócio onde opera é uma forma de romper a rigidez de barreiras entre pesquisas domiciliares e pesquisas de estabelecimentos”.

Garantindo ainda a representação de diferentes áreas e atividades econômicas, os setores urbanos foram estratificados por condição geográfica, e as unidades foram estratificadas pela média de renda domiciliar de cada setor (salários mínimos), garantindo a inclusão de indivíduos provenientes de diversas classes de renda. “A seleção das unidades domiciliares contemplou ainda a proporcionalidade dos diversos grupos de atividade identificados em cada setor, sendo também garantida a presença dos grupos de atividade mais raros. Mesmo assim, atividades alternativas se revelaram na aplicação dos questionários em indivíduos, visto que cada domicílio pode abrigar mais de um autoempregado” (Notas Técnicas da Ecinf 2003).

5.2 Grupo em análise

O grupo que passa a ser analisado pelo presente trabalho é formado por 2.174 autoempregados pertencentes à RMPA, destacados do total de 3.302 autoempregados localizados pela pesquisa no Rio Grande do Sul, equivalentes, portanto a 66% da amostra do estado (Tabela 1).

Tabela 1 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – resumo

Conta própria	1356	62,4 %
Empregador	818	37,6 %
Homens	1304	60,0 %
Mulheres	870	40,0 %

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Deste grupo, 62% são trabalhadores por conta própria e 38% são empregadores com até cinco empregados, sendo 60% do sexo masculino.

5.3 Análise empírica e considerações teóricas

Os resultados encontrados a partir da análise dos dados da Ecinf 2003 são coincidentes com as tendências nacionais e internacionais. Em sua grande maioria homens, os autoempregados são indivíduos mais velhos, possuindo grau baixo ou médio de escolaridade. A média de ganhos correspondia, em 2003, a quatro salários mínimos, sendo o setor econômico de maior concentração o de Serviços, e a atividade com maior percentual de participação, o Comércio em Geral.

No estudo intitulado “*The determinants of self-employment*” Macieira (2009) reporta um perfil correspondente ao descrito acima, encontrado em Portugal:

Observamos que os trabalhadores por conta-própria são majoritariamente homens, pessoas numa faixa etária entre os 45-64 anos, casados, com um agregado familiar pequeno e com níveis de educação baixos. (MACIEIRA, 2009, Resumo).

Em relação à própria RMPA, em trabalho realizado no início dos anos 90, o trabalhador por conta própria é descrito da seguinte maneira:

Dos trabalhadores por conta própria, dois terços são homens e quase 60% são chefes de domicílio. Os jovens são pouco expressivos entre os conta-própria, verificando-se maior concentração nas faixas etárias acima de 25 anos. O nível de escolaridade desses trabalhadores é pouco elevado: 78,2% possuem apenas até o primeiro grau completo. (GALEAZZI, 1994, p. 167)

Ainda sobre tendências gerais, Gomes (2009) conclui que os autoempregados costumam apresentar níveis mais altos de instrução quanto mais desenvolvida for a

economia em que atua, e os mais sobrevalorizados e os subvalorizados pelo mercado de trabalho, no que diz respeito a ganhos, são os indivíduos mais propensos a migrar para o autoemprego.

5.3.1 Gênero

De acordo com a Ecinf 2003, os autoempregados da RMPA são compostos de 60% do sexo masculino, sendo que o mesmo estudo encontrou uma porcentagem de 66% de homens no total encontrado para o Brasil. Gomes (2009) reporta dados da OIT indicando que a proporção de homens no autoemprego no Brasil, de 1996 a 2006, correspondeu a 57%, estando, à época, na média das taxas dos países emergentes (Tabela 2). Dados de 16 países latino-americanos¹⁰, ainda de acordo com a OIT, apresentavam uma média de 64% da participação dos homens no autoemprego, em 2006, enquanto que para um grupo de 16 países desenvolvidos¹¹ a proporção média era de 70,5%.

Tabela 2 – Médias de participação dos gêneros no autoemprego

Região	Fonte	% Homens	% Mulheres
RMPA	Ecinf 2003	60%	40%
Brasil	Ecinf 2003	66%	34%
Brasil	OIT 1996-2006	57%	43%

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005) e Gomes (2009, p. 60)

De acordo com Parker (2004), embora as taxas de participação feminina tenham se elevado a partir dos anos 70, as mulheres são minoria da força de trabalho da economia informal dos países desenvolvidos, correspondendo a porcentagens de grande variação,

¹⁰ Faziam parte do grupo: Argentina, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

¹¹ Faziam parte do grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Portugal e Reino Unido.

mesmo entre países de um mesmo continente. Por outro lado, quanto menor o estágio de desenvolvimento econômico, mais elevadas são as taxas de participação da mulher no autoemprego. A reestruturação setorial indicando a migração da mão-de-obra para a indústria de serviços, assim como a tecnologia que permite o desenvolvimento de funções à distância, têm sido razões que explicam o crescimento da participação da mulher no setor informal, pois, tendo o compromisso de criação dos filhos e de ajudadora do cônjuge, é no âmbito doméstico que as mulheres de níveis de renda mais baixos costumam desenvolver atividades complementares e informais.

A presença da mulher no autoemprego da RMPA em 6 pontos percentuais acima da média nacional (Ecinf 2003) não pode ser explicada pela diferença de proporções na contagem da população, pois quando comparados os números do censo demográfico de 2000, embora as mulheres sejam maioria, as diferenças não são significativas. Enquanto que na população total do Brasil as mulheres correspondem a 50,78%, no Rio Grande do Sul sua participação se eleva para 50,97%, e na Região Metropolitana de Porto Alegre atinge os 51,35%. Se considerada apenas a população urbana – que é o foco do presente estudo –, o total de mulheres na RMPA sobe um pouco mais, para 51,66%, significando uma proporção apenas 1,73% maior do que a proporção de mulheres na contagem nacional.

5.3.2 Idade

Quanto à faixa etária, 49% do total dos autoempregados da RMPA têm mais de 40 anos (Tabela 3), sendo que neste grupo de idade os homens apresentam concentração ainda maior, correspondendo a 52%. Já as mulheres, ainda que sua maior concentração esteja também na faixa de 40 anos ou mais (45%), é no grupo de 25 a 39 anos que elas apresentam concentração três pontos percentuais acima da média, com 40%. Este fato pode ser explicado, como já foi abordado no tópico anterior, pela condição tipicamente feminina de aliar atividades informais de complemento de renda familiar com presença em casa, encarregando-se da criação dos filhos. A essa condição é também associada outra particularidade de desempenho do gênero feminino, no que diz respeito à concentração no

setor da indústria de transformação, como será explanado no tópico Setor e Atividade do próximo capítulo.

Tabela 3 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por idade e gênero

Faixas de idade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
até 17	20	1,53	24	2,76	44	2%
de 18 a 24	147	11,27	105	12,07	252	12%
de 25 a 39	458	35,12	348	40,00	806	37%
de 40 em diante	677	51,92	393	45,17	1.070	49%
Ignorado	2	0,15	0	-	2	0%
Totais	1304		870		2174	

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Quanto à expressiva concentração de autoempregados na faixa dos 40 anos ou mais (Gráfico 1), a literatura disponível é unânime em apontar esta característica individual dos autoempregados como uma das mais marcantes, na grande maioria dos países estudados, independentemente do estágio de desenvolvimento da economia em questão. A razão para esta tendência é um somatório de motivos, pontuados por Parker (2004): pessoas com mais idade acumulam experiência e capital, o que concorre para que o empreendimento tenha mais chances de dar certo; são também as pessoas com mais idade que têm rede de relacionamentos, visão sobre negócios diversos e acesso a crédito, itens que favorecem o sucesso de uma iniciativa empreendedora. Por outro lado, o autoemprego permite que o trabalhador disponha sobre o tempo que dedica à atividade, assim como sua intensidade, motivos que favorecem pessoas que já não gozam da plenitude de sua saúde, ou que têm como objetivo maior qualidade de vida.

Número de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por sexo e idade

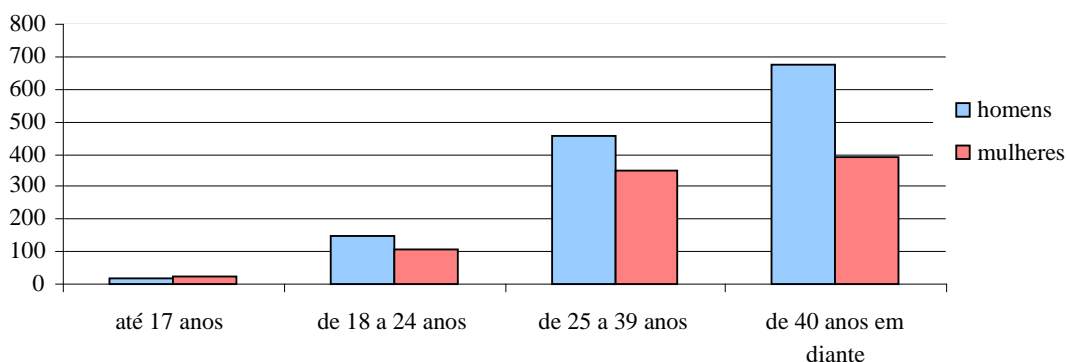


Gráfico 1 - Número de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre – por sexo e idade

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Parker indica ainda a aposentadoria como fator decisivo na migração de pessoas mais velhas para o autoemprego: a aposentadoria pode não proporcionar renda suficiente, levando o aposentado a complementar seus ganhos atuando no setor informal; ou ela (a aposentadoria) é antecipada pelo próprio trabalhador que, ao se aposentar, passa a ter uma garantia de base que lhe permita se aventurar no empreendedorismo; ou a perspectiva de um empreendimento faz com que o trabalhador saia prematuramente do mercado de trabalho assalariado, evitando ser estigmatizado pela aposentadoria compulsória imposta por lei ou pelo mercado.

5.3.3 Instrução

O nível de instrução preponderante dos autoempregados na RMPA é o ensino fundamental incompleto, onde se concentram 31,19% do total, seguido do ensino médio completo, no qual estão 23,83% do total (Tabela 4). Entre os homens, esta distribuição se confirma (34,59% e 20,71%), invertendo-se, porém no grupo das mulheres, pois elas estão concentradas em 28,51% no ensino médio completo, e em 26,09% no fundamental

incompleto. Ainda sobre o nível de instrução, observa-se que a taxa de autoempregados da RMPA com nível superior completo (11,27%) apresenta-se superior à taxa nacional de 10%, sendo que, no grupo das mulheres, esta faixa de instrução concentra uma proporção ainda maior de auto-empregadas, correspondendo a 11,84% do total do gênero feminino. Quando somados os indivíduos que têm nível superior incompleto e superior completo, o grupo corresponde a 19% do total de autoempregados.

Tabela 4 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por nível de instrução e gênero

Nível de instrução	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sem instrução	24	1,84	5	0,57	29	1,33
Sabe ler e escrever	25	1,92	10	1,15	35	1,61
Fundamental ou 1º grau incompleto	451	34,59	227	26,09	678	31,19
Fundamental ou 1º grau completo	193	14,80	133	15,29	326	15,00
Médio ou 2º grau incompleto	101	7,75	81	9,31	182	8,37
Médio ou 2º grau completo	270	20,71	248	28,51	518	23,83
Superior incompleto	97	7,44	63	7,24	160	7,36
Superior completo	142	10,89	103	11,84	245	11,27
Ignorado	1	0,08	0	-	1	0,05
Totais	1304		870		2174	

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

É relevante a observação de que a participação proporcional da mulher, a partir do nível Ensino Fundamental Completo, é maior ou igual ao do gênero masculino (Gráfico 2). Desta verificação conclui-se que a mulher migra para o autoemprego em melhores condições de competitividade, tendo como resultado ganhos médios mais elevados em três dos quatro setores econômicos, como será descrito no tópico “Renda” e retratado pela Tabela 9 (no tópico “Setor de Serviços”).

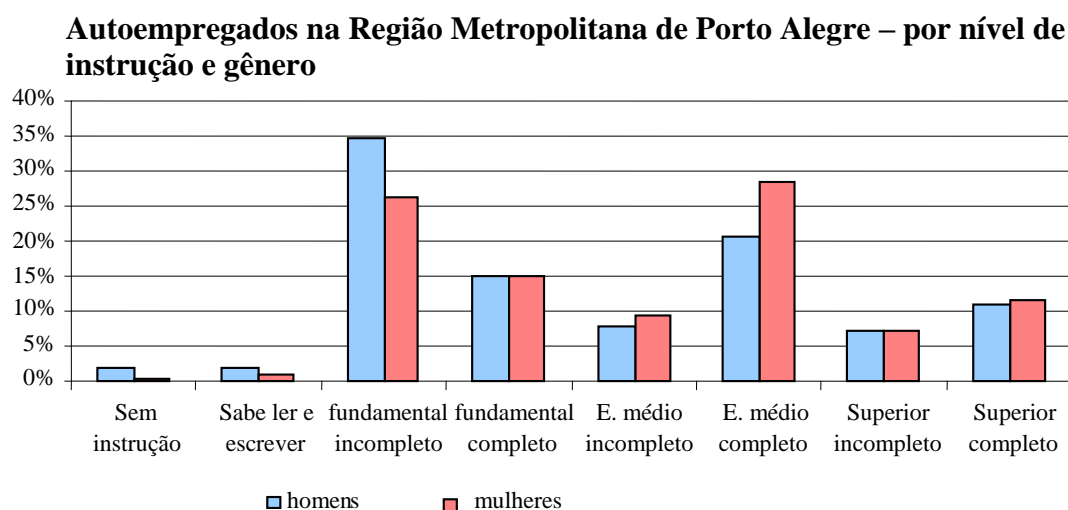


Gráfico 2 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por nível de instrução e gênero

Elaboração da autora com base em dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

De acordo com Galeazzi (1994), os trabalhadores por conta própria da RMPA que possuíam níveis de instrução acima do ensino médio completo, durante o período de 1992 a 1994, correspondiam a apenas 22%. A evolução desta proporção para 52%, em 2003, é bastante expressiva.

E, finalmente, segundo os dados da Ecinf 2003, dos autoempregados na RMPA que possuem ensino superior incompleto e superior completo, 60% estão no setor de serviços, onde ocupam prioritariamente as atividades ligadas à saúde e serviços sociais.

5.3.4 Renda

A renda média dos autoempregados é de R\$ 1.255,00, estando concentrados em sua maioria (42%) na faixa de ganhos mensais entre R\$ 481,00 a R\$ 1.200,00, e sua grande maioria (59%) na faixa expandida de R\$ 481,00 a R\$ 2.400,00 (Gráfico 3). As mesmas tendências de concentração ocorrem no sexo masculino (a maioria de 47% na primeira faixa citada, e a grande maioria de 64% na faixa expandida até R\$ 2.400,00).

Percentual de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por gênero e faixa de renda - em reais

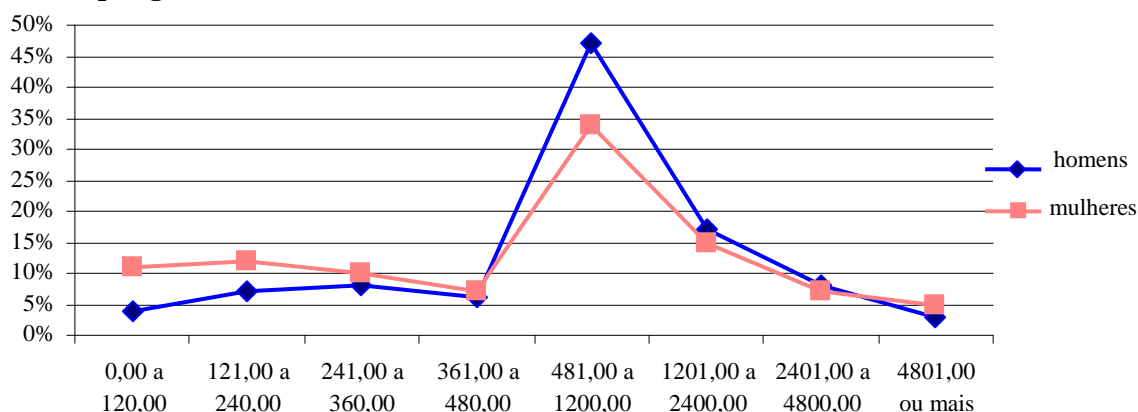


Gráfico 3 - Percentual de autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por gênero e faixa de renda - em reais

Elaboração da autora a partir de dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Os homens possuem uma média de renda abaixo da média geral (R\$ 1.243,00), enquanto que a média das mulheres é acima, com R\$ 1.274,00. Da mesma forma que acontece com os homens, a maioria das mulheres se concentra na faixa de ganhos entre R\$ 481,00 e R\$ 1.200,00, com 34%. No entanto, no caso das mulheres, esta taxa é menos contrastante com as taxas das demais faixas, sendo que nas quatro categorias que abrangem de zero a R\$ 480,00, as mulheres apresentam taxas mais elevadas do que as do sexo masculino, assim como na faixa de renda acima de R\$ 4.801,00 (Tabela 5). É digno de nota o motivo que leva a média de renda do sexo feminino ser mais elevada do que a do sexo masculino: na faixa de ganhos superiores a R\$ 10.000,00, o número de mulheres é 1,5 vez superior ao número de homens¹².

¹² Dos entrevistados, 18 mulheres e 12 homens declararam ganhos entre 10 e 18 mil reais no período apontado pela pesquisa.

Tabela 5 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por faixa de renda e gênero

Faixa de renda	Homens		Mulheres		Total	%
0,00 a 120,00	47	4%	91	11%	138	6%
121,00 a 240,00	93	7%	103	12%	196	9%
241,00 a 360,00	98	8%	84	10%	182	8%
361,00 a 480,00	78	6%	64	7%	142	7%
481,00 a 1200,00	611	47%	290	34%	901	42%
1201,00 a 2400,00	225	17%	132	15%	357	17%
2401,00 a 4800,00	106	8%	58	7%	164	8%
4801,00 ou mais	42	3%	41	5%	83	4%
Não declarado	7		4		11	
Totais	1307		867		2174	

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Quanto à renda por setor, o setor de Serviços apresenta a maior média, com R\$ 1.727,00, estando ela 38% acima da média geral de ganhos dos autoempregados, e 116% superior à média do setor de Indústria de Transformação. E, finalmente, a média de ganhos dos autoempregados da RMPA é 6% inferior à média encontrada entre os indivíduos pesquisados pela Ecinf 2003 no Rio Grande do Sul, e quatro vezes maior que o salário mínimo do estado no período, que era de R\$ 312,00.

5.3.5 Setor e Atividade

O setor que concentra o maior número de autoempregados da RMPA é o de Serviços, com 40%, seguido do Comércio (30%), Indústria de Transformação (17%) e Construção Civil, com 13% (Tabela 6). No entanto, a atividade classificada pelo CNAE com o maior número de autoempregados é Comércio em Geral, com a expressiva porcentagem de 25%, e a segunda é a classificação Indústria da Construção Civil, com 13% do total dos autoempregados (Tabela 7). Na sequência, as três atividades com o maior número de indivíduos do total dos autoempregados pesquisados são: Serviços Pessoais, Serviços Prestados Principalmente às Empresas, e Saúde e Serviços Sociais, com 7,0%, 6,5% e 5,9%, respectivamente.

Tabela 6 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - por setor de atividade

Setor	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Serviços	455	35%	405	47%	860	40%
Comércio	400	31%	253	29%	653	30%
Indústria	164	12%	199	23%	363	17%
Constr. Civil	278	21%	12	1%	290	13%
Não especificado	7	1%	1	0	8	0
Totais	1304		870		2174	

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Comparando-se com os resultados nacionais apurados pelo estudo Ecinf 2003, não são observadas diferenças relevantes no agrupamento dos autoempregados na classificação de atividades, variando apenas a terceira maior concentração. Os dados Brasil apontam como preponderantes as atividades Comércio e Reparação, com 33%, Construção Civil, com 17%, e Indústria de Transformação e Extrativa, com 16%.

Tabela 7 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - principais atividades econômicas

Total de indivíduos	%	Código	Atividade	Setor
543	25,0%	53	Comércio em Geral	Comércio
290	13,3%	45	Indústria da Construção Civil	Constr. Civil
152	7,0%	93	Serviços Pessoais	Serviços
142	6,5%	74	Serviços Prestados às Empresas	Serviços
128	5,9%	85	Saúde e Serviços Sociais	Serviços
110	5,1%	50	Com. de Veículos e de Combustíveis	Comércio
105	4,8%	60	Transporte Terrestre	Serviços
99	4,6%	55	Alojamento e Alimentação	Serviços

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Quando os autoempregados da RMPA são separados por gênero, os dados sobre setor e atividade mudam substancialmente. O grupo de 870 mulheres está concentrado em 47% no setor de Serviços, enquanto que apenas 35% do grupo de 1.304 homens pertencem àquele setor, como já visto na Tabela 6. Já no setor de Comércio, homens e mulheres estão representados de forma equilibrada, com 31% e 29%, respectivamente. A Indústria de Transformação, por outro lado, representa para a mão-de-obra feminina um setor de concentração importante, pois é nele que se encontram 27% das auto-empregadas. Com 199 indivíduos, a Indústria de Transformação é também o único setor na amostra onde o número de mulheres é maior do que o número de homens.

Quanto à atividade especificamente, embora a maioria dos homens (23%) e a maioria das mulheres (27%) estejam concentradas na categoria Comércio em Geral, a segunda e terceira atividades de maior agregação de cada gênero diferem bastante. Os homens se concentram na Construção Civil e nos Serviços Prestados às Empresas, com 21% e 8% respectivamente. As mulheres, no entanto, têm como segunda maior atividade os Serviços Pessoais, com 13%, e, como terceira, a Saúde e Serviços Sociais, com 11% (Tabela 8).

Tabela 8 - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - principais atividades econômicas por gênero

HOMENS			
%	Código	Atividade	Setor
23%	53	Comércio em Geral	Comércio
21%	45	Indústria da Construção Civil	Construção Civil
8%	74	Serviços Prestados às Empresas	Serviços
7%	60	Transporte Terrestre	Serviços
7%	50	Com. de Veículos e de Combustíveis	Comércio
4%	92	Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	Serviços
3%	93	Serviços Pessoais	Serviços
3%	55	Alojamento e Alimentação	Serviços

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

(Tabela segue)

Tabela 8 (continuação) - Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - principais atividades econômicas por gênero

MULHERES			
%	Código	Atividade	Setor
27%	53	Comércio em Geral	Comércio
13%	93	Serviços Pessoais	Serviços
11%	85	Saúde e Serviços Sociais	Serviços
8%	18	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Indústria de Transf.
7%	55	Alojamento e Alimentação	Serviços
5%	15	Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	Indústria de Transf.
5%	74	Serviços prestados às empresas	Serviços

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Galeazzi (1994), ao analisar os dados sobre trabalhadores por conta própria da RMPA do período de 1992 a 1994, encontrou resultados semelhantes no que se refere à concentração de mão-de-obra feminina na Indústria de Transformação. A autora relata ser este setor o único a apresentar um número maior de mulheres do que de homens, na ordem de 55,8%, enquanto que Ecinf 2003 registra a porcentagem de 54,8%. Segundo a autora, estes resultados podem ser explicados teoricamente a partir de observações do comportamento do autoempregado do sexo feminino. É típico do gênero atuar como cônjuge que auxilia na renda da família sem se afastar do ambiente doméstico, produzindo produtos alimentícios, artesanato, e atuando ainda no sistema doméstico de ‘facção’, ou seja ‘fechando’ ou finalizando peças de vestuário produzidas em escala que necessitam de acabamento artesanal. As principais atividades ocupadas por mulheres auto-empregadas indicadas pela Ecinf 2003 confirmam a teoria: 80% das auto-empregadas na Indústria de Transformação exercem as atividades de confecção de vestuário e acessórios, fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis e confeccionados em couro, códigos CNAE de número 18, 15, 17 e 19. Por outro lado, a Indústria de Transformação é o setor em que a mulher apresenta a média mais baixa de renda, e o único setor onde sua média é inferior à mão-de-obra masculina (Tabela 9).

5.3.5.1 Setor de Serviços

Durante o período estudado por Galeazzi (1994), o setor de Serviços também era onde atuava a grande maioria dos trabalhadores por conta própria da RMPA, correspondendo a 50% dos pesquisados¹³. No entanto, o segundo lugar, que na época era ocupado pela Indústria de Transformação, com 24%, dez anos depois passa a ser do Comércio, com ainda maior expressão (30%).

Tabela 9 – Autoempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre - renda média por setor - comparação entre gêneros

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Geral
Renda média homens	R\$ 1.122,89	R\$ 815,76	R\$ 1.066,83	R\$ 1.718,50	R\$ 1.243,18
Renda média mulheres	R\$ 535,05	R\$ 861,67	R\$ 1.137,49	R\$ 1.736,45	R\$ 1.273,63
Média mulheres em relação a homens	-52%	6%	7%	1%	2%
Média do setor	R\$ 800,63	R\$ 817,66	R\$ 1.094,20	R\$ 1.726,95	R\$ 1.255,37
Média por setor em relação à média geral	-36%	-35%	-13%	38%	

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Embora a atividade de comércio ainda seja preponderante no setor informal, a migração setorial do comércio para serviços, com concentração nas atividades ‘serviços pessoais’ e ‘empresariais’, já havia sido observada nos Estados Unidos, a partir dos anos 50. “O papel do autoemprego nos setores de transportes, comunicações e varejo tem constantemente declinado”, afirma Parker (2004), ao analisar os fenômenos daquele país. Na América do Norte, trabalhadores autoempregados do sexo masculino tendem a estar concentrados em construção, negócios de comércio e serviços, vendas, hotelaria, reparação, artesanato, gerenciamento e exercício profissional liberal, sendo que as taxas mais baixas de autoemprego por setor são observadas na indústria de transformação. Os

¹³ As porcentagens originais apontada pelo estudo de Galeazzi são: Serviços 47,1%; Indústria 24%; Comércio 16%; Serviços Domésticos 6,2%; Construção Civil 5,9%. Para fins de comparação com o presente estudo, foi desconsiderado o setor de Serviços Domésticos, estabelecendo-se uma nova relação entre os setores: Serviços 50%; Indústria 25,6%; Comércio 17,1%; Construção Civil 6,3%.

resultados de 2003 da RMPA, como já visto acima, não são muito diferentes. O setor de Serviços se destaca também quando são observadas as atividades que proporcionam aos autoempregados ganhos mais elevados, como visto na Tabela 9. Dentre os indivíduos que obtiveram renda superior a R\$ 4.801,00 (a faixa mais elevada da Ecinf 2003), 52% pertencem ao setor de Serviços, 33% ao Comércio, 10% à Construção Civil, e apenas 6% à Indústria de Transformação. É relevante, no entanto, a mudança de resultados quando os indivíduos são agregados por gênero: as mulheres com ganhos superiores a R\$ 4.801,00 confirmam a tendência geral, concentrando-se em 80% no setor de Serviços. Porém, a maioria dos homens de renda mais elevada (45%) atua no setor de Comércio, sendo apenas 24% deles pertencente a Serviços.

5.3.6 Motivação dos autoempregados da RMPA

Os dois principais motivos que levaram os autoempregados da RMPA ao setor informal são: o desejo de ser independente (19,2%) e o fato de não ter encontrado emprego no setor formal, com 18,6% (Tabela 10). Se considerados separadamente, homens e mulheres apresentam variações no resultado. Para os homens, o motivo preponderante é a falta de emprego (20,3%), seguido do desejo de independência (18,7%). Para as mulheres, no entanto, a grande concentração, com 19,9%, está no desejo de independência, seguida da necessidade de complementar a renda familiar (17,2%).

Tabela 10 - Região Metropolitana de Porto Alegre - motivação para se tornar autoempregado - por gênero

Motivo	Homens		Mulheres		Total geral	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Queria ser independente	244	18,7%	173	19,9%	417	19,2%
Não encontrou emprego	265	20,3%	139	16,0%	404	18,6%
Achava o negócio vantajoso	179	13,7%	105	12,1%	284	13,1%
Tinha experiência que adquiriu em outro trabalho	194	14,9%	78	9,0%	272	12,5%
Para complementar a renda familiar	105	8,1%	150	17,2%	255	11,7%
Tradição familiar	144	11,0%	64	7,4%	208	9,6%
Outro	68	5,2%	85	9,8%	153	7,0%

(tabela segue)

Tabela 10 (continuação) - Região Metropolitana de Porto Alegre - motivação para se tornar autoempregado - por gênero

Teve oportunidade de fazer sociedade	43	3,3%	34	3,9%	77	3,5%
Esse era um trabalho secundário que se tornou principal	35	2,7%	23	2,6%	58	2,7%
Horário flexível	26	2,0%	19	2,2%	45	2,1%
Parte ignorada	1	0,1%	0	0,0%	1	0,0%
Totais	1304		870		2174	

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005)

Quando os autoempregados são agregados por nível de instrução, encontramos resultados diferentes. Somados os homens que correspondem aos níveis desde ‘sem instrução’ até ‘ensino médio completo’, obtém-se 48% do total de autoempregados, dos quais 23% apontam o desemprego como sendo o principal motivo, enquanto que os que possuem ensino superior completo e incompleto buscavam a independência, 25% do total dos homens (Tabela 11). As mulheres, igualmente apresentam diferenças entre os dois grupos: enquanto as que têm níveis de instrução até o ensino médio confirmam as tendências gerais do grupo, as que possuem ensino superior não levam em alta conta a complementação da renda familiar, mas se concentram em 24% no desejo de independência, sendo ‘achar o negócio vantajoso’, com 15%, o segundo motivo classificável¹⁴.

Em comparação com os resultados nacionais, observam-se diferenças importantes. No Brasil, o motivo preponderante para o indivíduo ingressar no setor informal é o fato de não ter encontrado emprego (31%), tanto para o total dos autoempregados como para o sexo masculino. Já para as mulheres, os dados nacionais apontam a complementação da renda familiar como fator mais importante, com 32%.

¹⁴ Para as mulheres de ensino superior, a categoria com a segunda maior concentração (16%) reúne motivos não especificados sob a rubrica “outros” (Tabela 11).

Tabela 11 - Motivação dos autoempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre para entrar no autoemprego - por sexo e por dois grandes grupos de nível de instrução

Grau de Instrução	Até E. Médio		Superior		Até E. Médio		Superior	
	Homens I		Homens II		Mulheres I		Mulheres II	
Queria ser independente	184	17%	60	25%	133	19%	40	24%
Não encontrou emprego	247	23%	18	8%	127	18%	12	7%
Achava o negócio vantajoso	134	13%	45	19%	80	11%	25	15%
Tinha experiência que adquiriu em outro trabalho	160	15%	34	14%	58	8%	20	12%
Para complementar a renda familiar	90	8%	15	6%	132	19%	18	11%
Tradição familiar	126	12%	18	8%	55	8%	9	5%
Outro	46	4%	22	9%	58	8%	27	16%
Teve oportunidade de fazer sociedade	28	3%	15	6%	24	3%	10	6%
Esse era um trabalho secundário que se tornou principal	29	3%	6	3%	21	3%	2	1%
Horário flexível	19	2%	7	3%	16	2%	3	2%
Parte ignorada	1	0%		0%		0%		0%
Totais	1.064		240		704		166	

Elaboração da autora com base nos dados da Ecinf 2003 (IBGE, 2005) - IBGE

Conforme será visto no decorrer deste tópico, as teorias modernas sobre autoemprego, visando entender o comportamento do fenômeno, têm usado preferencialmente a econometria e a observação de *time-series* na investigação de tendências e agentes do setor informal. Para alguns estudiosos, no entanto, as teorias que precedem a econometria e que estudaram o desempenho do empreendedor no processo de crescimento e inovações se empenhavam em entender o comportamento do indivíduo em si, atribuindo grande valor ao desempenho humano no processo. Na percepção dos que criticam a ausência da figura do empreendedor nos estudos econômicos contemporâneos, é entendido que a presença de trabalhadores autônomos em economias de produção em escala apresenta correlações importantes com determinantes macroeconômicos, mas é bastante ou mais dependente do comportamento social e individual dos que escolhem o

autoemprego. Alguns escritores têm argumentado que a economia moderna ignora o empreendedor, que, neste caso, estaria representado pelo autoempregado. O economista William J. Baumol, em artigo publicado na *American Economic Review*, em 1968, protestou: “A firma teórica não possui empreendedor – o Príncipe da Dinamarca foi retirado da discussão sobre Hamlet”. Por outro lado, embora não discorram “de forma eloquente sobre as características heroicas de indivíduos que optam por definir seu próprio destino” (Parker, 2004), cada vez mais os teóricos têm acrescentado em seus modelos econométricos habilidades empreendedoras heterogêneas para medir as razões que levam à migração para o autoemprego, adaptando para isso modelos já consagrados no estudo do trabalho assalariado.

Entender os motivos e consequências da movimentação de agentes da força de trabalho em suas diferentes modalidades ajuda na compreensão do mercado de mão-de-obra, nas tomadas de decisão de políticas públicas, na revisão de legislações trabalhistas, no valor dos salários, na qualificação da mão-de-obra, entre outros fatores. São considerados determinantes do autoemprego aspectos coletivos e aspectos individuais. Dentre os coletivos, podem ser citados fenômenos macroeconômicos como desemprego, recessão, desenvolvimento econômico, mudanças na estrutura industrial, políticas fiscais e fatores regionais. Legislações de proteção e incentivo a pequenos empreendimentos, e leis trabalhistas que favoreçam a contratação de trabalhadores no setor informal são tão importantes quanto disponibilidade de linhas de crédito e desburocratização de registros legais para pequenos empreendimentos.

Características pessoais, tais como gênero, etnia, idade, nível de educação formal, aversão ou não ao risco, ter como parentes próximos trabalhadores autoempregados, são consideradas determinantes tão importantes quanto os fatores macroeconômicos, e têm sido exaustivamente utilizadas em estudos teóricos e econométricos sobre o fenômeno.

Ambientes sociais ou culturais onde o espírito empreendedor está associado a valores reconhecidos e almejados são mais favoráveis à adesão de indivíduos ao autoemprego. Por outro lado, embora aparentemente possam parecer aspectos individuais, a insatisfação e aversão à incerteza foram consideradas fenômenos de nível social e cultural por Noorderhaven *et al.*, em “*Self-employment out of Dissatisfaction: an International Study*” (1999). O estudo, que utilizou dados e pesquisas de 23 países, entre

os quais os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão, além de 18 países europeus, constatou que, em países caracterizados por baixa rejeição à incerteza, a migração para o autoemprego causada pelo desemprego é regida prioritariamente pela expectativa de prosperidade, ou seja, de maior renda. Por outro lado, em países onde a rejeição à incerteza é alta e a adesão ao autoemprego se dá prioritariamente por ausência de oportunidades no trabalho assalariado, a relação entre desemprego e crescimento econômico é fortemente negativa. Isto significa que, quando o crescimento da economia é retomado, os indivíduos retornam ao emprego assalariado porque aderiram ao autoemprego apenas por imposição da necessidade. O estudo também observou o nível de insatisfação dos pesquisados, e - ao concluir que a média dos diferentes tipos de insatisfação (com a vida privada, com a democracia, com o trabalho, com os infortúnios etc.) não apresentava diferenças significantes entre habitantes de um mesmo país - levou os autores à conclusão de que a insatisfação não é influenciada por fatores individuais, mas sim pela cultura do país onde vive o indivíduo. Contribuindo para essa descoberta, foi detectada uma forte correlação de dados entre a média dos níveis de insatisfação em 12 países europeus e as taxas de rejeição à incerteza destes países, num período de 20 anos.

Da mesma forma, embora a etnia seja considerada uma característica pessoal, o tipo da etnia pode estar combinado com situações sociais que venham a influenciar a opção pelo autoemprego ou impossibilitar que esta seja uma opção. Ser estrangeiro, por exemplo, costuma determinar o comércio como única alternativa de ganhos se o indivíduo não domina a língua local, em virtude de essa atividade reduzir a complexidade de comunicações pessoais. Por outro lado, pertencer a uma minoria étnica traz vantagens a um empreendimento que esteja localizado na região de maior concentração deste grupo, ou que seja especializado em produtos e serviços ligados a esta etnia. Por outro lado, preconceito racial e ausência de líderes empresariais de mesma etnia geralmente impossibilitam que o desempenho empreendedor seja significativo, mesmo para populações compostas por cidadãos nativos, caso sejam minorias raciais (PARKER, 2004).

5.3.6.1 Desejo de Independência

O desejo de independência, motivação preponderante entre os autoempregados da RMPA, é um dos traços pessoais mais recorrentes entre os que optam pelo autoemprego, a ponto de a ele ser dedicada atenção especial por parte da teoria sobre o tema. Parker (2004) dedica uma seção específica a esse traço psicológico, onde confirma o fato de o desejo de independência ser considerado como fator determinante no empreendedorismo desde os primeiros estudiosos sobre o tema, como é o caso de Frank H. Knight, em sua obra *“Risk, Uncertainty and Profit”* (1921). Mais recentemente, economistas como Aronson (1991) e Hamilton (2000) explicam sobre o porquê de existirem indivíduos que permanecem no autoemprego mesmo com ganhos inferiores ao trabalho assalariado. Já Taylor (1996), estudando um grupo de 466 homens britânicos, conclui que um número menor de autoempregados - em relação a trabalhadores assalariados - considera salário e segurança fatores importantes do emprego. Por outro lado, para o mesmo grupo, a liberdade de iniciativa e o prazer no trabalho foram aspectos mais valorizados por autoempregados do que por empregados formais. A independência também aparece em primeiro lugar, com 31%, no levantamento feito no Reino Unido pela LFS¹⁵ (2000), como sendo a principal razão fator que levou ao autoemprego (PARKER, 2004).

Considerando os três principais motivos dos autoempregados da RMPA, ‘Querida ser independente’, ‘Não encontrou emprego’ e ‘Achava o negócio vantajoso’, observa-se que, juntos, correspondem à grande maioria, com 51%, como foi visto na Tabela 10. O primeiro e o terceiro, sob a ótica do empreendedorismo, são motivações ‘por Oportunidade’, somando 32%, em contraposição à segunda (‘Não encontrou emprego’), motivação ‘por Necessidade’:

Empreendedores por Necessidade são aqueles incapazes de ocupar um emprego formal ou continuar seus estudos e iniciam uma empresa como fonte de renda, apesar de considerarem uma atitude de alto risco. Empreendedores por Oportunidade são aqueles que apesar de estarem habilitados a conquistar um emprego, preferem iniciar seus próprios negócios, já que possuem tolerância maior ao risco. (SOUZA, 2009, p.12)

¹⁵ *Labour Force Survey* – pesquisa britânica quadrimestral por amostra domiciliar.

Esta constatação confirma a tendência nacional apontada pelo relatório do GEM 2003 (ver tópico “Autoemprego no Brasil” do capítulo “Tendências”), segundo o qual os motivos para empreender por oportunidade na época eram 25% superiores, no Brasil, aos motivos por necessidade.

Quando observados apenas os autoempregados com nível de instrução superior, os três primeiros motivos apontam como sendo ainda mais decisivas as tendências já citadas: o desejo de independência sobe para 25%, o desemprego desce para 7%, e ‘achar o negócio vantajoso’ sobe para 17%. Segundo Souza (2009), “qualificações acadêmicas dão aos candidatos ao autoemprego melhores condições de auferir retornos mais altos do que como assalariados e satisfação pessoal de atuar na profissão escolhida, aplicando o conhecimento adquirido”. Neste sentido, podemos interpretar que os autoempregados com níveis superiores de instrução têm a oportunidade de identificar negócios vantajosos com o uso dos seus conhecimentos formais, abdicando emprego assalariado por ser uma opção menos atraente tanto em relação à renda quanto à realização pessoal.

5.3.6.2 Desemprego

Não ter encontrado emprego, o segundo motivo mais importante apontado pelos autoempregados da RMPA para terem ingressado na economia informal (Tabela 10), é um dos fatores macroeconômicos mais relevantes na averiguação das razões pelas quais se dá a migração da mão-de-obra no mercado de trabalho. A compreensão da relação da dinâmica entre autoemprego e o desemprego pode auxiliar na condução de políticas de incentivo ao autoemprego, fenômeno que a um só tempo tem o poder de retirar os autoempregados do rol de desempregados e abre a possibilidade de que estes novos empreendedores criem novos postos de trabalho. De acordo com a teoria de Sorey¹⁶, o desemprego afeta o autoemprego de duas maneiras: efeito *recession-push*, que estabelece

¹⁶ Segundo Sorey (1991), o desemprego pode ser um fator positivo para o autoemprego (*recession-push*) ou negativo (*prosperity-pull*). Em tempos de recessão, altas taxas de desemprego encorajariam indivíduos a ter seu próprio negócio (*recession-push*). Por outro lado, altas taxas de desemprego também poderiam puxar indivíduos para fora do autoemprego (*prosperity-pull*) devido à baixa demanda de mercado que reduz os ganhos dos autoempregados, inviabiliza obtenção de capital e aumenta o risco de falência.

relação positiva entre autoemprego e desemprego, e efeito *prosperity-pull*, de relação negativa. De acordo com esse entendimento, cenários econômicos que apresentam recessão e desemprego ‘empurrariam’ o indivíduo para o autoemprego (*recession-push*), enquanto que o mesmo quadro de recessão ‘puxaria’ o autoemprego de volta para o trabalho assalariado (*prosperity-pull*), em busca de prosperidade. No entanto, levantamentos e pesquisas empíricas poderão fundir ambos os efeitos, apontando apenas um resultado líquido (*net effect*), sem precisar as taxas de efeito *push* e efeito *pull*, as quais só poderiam ser apuradas através de pesquisas qualitativas, que revelassem os motivos e o histórico da dinâmica dos indivíduos pesquisados.

Parker (2004) exemplifica como as diversas teorias encontram apoio em estudos que apontam correlações entre autoemprego e desemprego em direções opostas. O autor afirma que os estudos baseados em *cross section* costumam revelar relação negativa entre os dois fenômenos, e cita trabalhos sobre países da OECD, como é o caso de Evans e Leighton (1989b), Blanchflower e Meyer (1994), Kuhn e Schuetze (2001) e Dennis (1996). Ainda segundo o autor, a grande maioria dos estudos *time-series* relata efeitos significativamente positivos de taxas nacionais de desemprego sobre as de autoemprego e criação de novas empresas, o que vem ao encontro da hipótese ‘*recession-push*’. Hailton (1989), Robson (1991), Sorey e Joves (1987) e Foti e Vivarelli (1994) são autores que encontraram resultados nessa linha, sendo que os últimos dois estudos se debruçam sobre os efeitos positivos dos *layoffs*¹⁷ locais sobre a taxa de formação de novas empresas (PARKER, 2004, p. 95 e 96).

Parker conclui que ambos os processos de medição podem ser falhos. Os estudos de *time-series*, por usarem dados agregados demais, podem perder a sensibilidade para medir as condições de demanda local, produzindo, desta forma, vieses ao elevar o efeito do desemprego sobre o autoemprego. Por sua vez, os estudos *cross-section* podem falhar em medir de forma apurada os rendimentos esperados no autoemprego em relação ao trabalho assalariado ou desemprego, enviesando assim para baixo os efeitos previstos de desemprego sobre autoemprego. Em qualquer caso, na opinião de Parker, a taxa de desemprego é uma *proxy* imperfeita para se medir fatores subliminares de indução a trabalhadores entrarem ou saírem do autoemprego.

¹⁷ *Layoffs*: redução temporária do período normal de trabalho, que pode ser em número de horas diárias ou em dias da semana.

O autor acrescenta ainda que características pessoais, ligadas ao desemprego, tornariam indivíduos mais propensos ao autoemprego. Aqueles que possuem histórias de trabalho mais instáveis, incluindo períodos de desemprego no passado, são significativamente mais propensos. No entanto, análises mais detalhadas sobre dados revelam que é um histórico de frequente troca de empregos – mais do que desemprego em si – um dos motivos que aumenta significativamente a disposição dos trabalhadores a se tornarem autoempregados.

6 CONCLUSÃO

Com o objetivo de responder às questões ‘que perfil tem o autoempregado da Região Metropolitana de Porto Alegre, quais suas motivações para estar no autoemprego, e em que pontos ele se alinha às tendências nacionais e internacionais’, foram analisados dados empíricos de 2003, tendo como base teorias sobre o tema, além de estudos análogos nacionais e internacionais. Os primeiros capítulos trouxeram a contextualização histórica sobre o autoemprego, a partir da qual concluímos que a figura do trabalhador independente sempre existiu, sendo, porém, considerado como exceção apenas a partir da economia de mercado imposta pelo capitalismo, que passou a ter como característica principal a produção em escala e o trabalho assalariado como padrão de organização produtiva e social.

Quanto ao estudo aprofundado e sistematizado do autoemprego, o fenômeno passou a receber a atenção dos teóricos da economia a partir dos anos 70, quando as taxas do autoemprego nos países desenvolvidos tiveram uma reemergência significativa, depois de estarem por dois séculos em franco e previsível declínio. A definição técnica do termo autoemprego também se tornou uma questão importante e complexa. Importante porque passou a ser necessária uma uniformização do conceito para que fossem feitas comparações entre países, e complexa porque reunir todos os tipos de trabalho que não sejam assalariados sob um único conceito significou lidar com inúmeras ‘áreas cinzentas’, situações que não se apresentam totalmente isentas de vínculos com o trabalho assalariado. A maioria dos pesquisadores, portanto, recorre ao trabalho por conta própria como sendo a *proxy* do autoempregado quando da ausência de referências mais seguras para os dados em análise.

A definição mais utilizada nos estudos atuais sobre o autoemprego, e assumida pelo presente trabalho, é a publicada em 1993 pela ILO, segundo a qual são autoempregados os trabalhadores por conta própria e empregadores de pequenos negócios que contam com a mão-de-obra do próprio dono, combinando sua própria força de trabalho com alguma forma de autonomia sobre os meios de produção, detenção de capital e/ou insumos, desempenhando, a um só tempo, ambos os papéis no processo produtivo. É também característica do autoempregado – sendo esta a que o distingue do capitalista – não

acumular reservas advindas de sua renda, usando-a somente para sua própria sobrevivência.

Quanto às tendências do autoemprego, a reemergência dos anos 70 durou cerca de duas décadas, para então voltar a decrescer. Mesmo assim, o fenômeno foi suficiente para que o tema entrasse para a pauta de governos, instituições e pesquisadores, pois não foi apenas no comportamento em números que a migração do trabalho impressionou os estudiosos. O setor informal e o autoempregado têm sido ponto de observação da reestruturação setorial, das alterações do perfil do trabalhador diante das novas tecnologias e, especialmente, da dinâmica da mão-de-obra. Por outro lado, no lugar de ser apenas um ‘depósito’ do excedente do trabalho assalariado, essa parcela da força de trabalho passou também a ser uma resposta às necessidades de flexibilidade e capacidade de adaptação exigidas pelas indústrias modernizadas, especialmente a de serviços, que dia a dia ganha mais espaço. O próprio autoemprego já não é mais formado apenas por trabalhadores desqualificados que foram ‘empurrados’ para o setor informal por falta de oportunidades; trabalhadores adaptados às novas relações de trabalho tomam o autoemprego como escolha a partir de quesitos pessoais ou por perfil profissional. A tecnologia da informação que permite a realização de trabalhos à distância, a ascendência das atividades do setor de comércio e serviços, as práticas de *outsourcing* por parte das grandes empresas são alguns dos motivos desta revolução.

No capítulo dedicado ao autoemprego no Brasil, ressaltou-se a vocação do autoempregado brasileiro para empreender – pois, de cada 100 pessoas ocupadas, 15 realizam alguma atividade empreendedora -, sendo também crescentes as taxas correspondentes a motivos ‘por oportunidade’, suplantando a opção de empreender ‘por necessidade’. Por sua vez, as taxas de trabalhadores por conta própria no Brasil e na RMPA se apresentam decrescentes pelo menos há dez anos, indicando que acompanham as tendências internacionais de correlação negativa com o crescimento econômico. Mesmo assim, a maioria dos estudos sobre o autoemprego no Brasil associa as taxas de autoemprego - que variam em torno de 18% - ao desemprego, e, portanto, à teoria ‘*recession push*’, segundo a qual o trabalhador não escolhe o setor informal, mas é ‘empurrado’ para ele por falta de oportunidades no trabalho assalariado. Parker (2004) chama a atenção sobre a maioria dos estudos baseados em *time-series* efetivamente apontar relações positivas entre taxas nacionais de desemprego e de autoemprego, afirmando, no entanto, que os estudos *cross section* costumam ser mais sensíveis na

captação de nuances mais detalhadas sobre as causas da migração para o autoemprego. Casualmente, a análise empírica do presente trabalho, baseada em dados *cross-section* de autoempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre, aponta como sendo a busca de independência o motivo da maioria dos indivíduos analisados para migrar para o autoemprego, sendo a falta de emprego apenas a segunda razão.

Em dados gerais, o grupo de autoempregados da RMPA revela uma concentração de autoempregados superior à concentração populacional na região. Enquanto que a RMPA concentra 37% da população do estado do Rio Grande do Sul, nela se encontram 66% dos autoempregados da amostra estadual da Ecinf 2003. A distribuição por gênero segue as tendências internacionais e nacionais de serem os homens a maioria, porém com a peculiaridade de as mulheres auto-empregadas apresentarem uma concentração 17,6% maior do que a amostra nacional. Também de acordo com tendências gerais, ambos os sexos se concentram em sua maioria na faixa de 40 anos em diante, sendo que a maioria das mulheres entra ainda mais cedo no autoemprego, idade em que supostamente cuidam de filhos pequenos. O grupo, em média, tem baixo nível de instrução, ou seja, no caso da classificação brasileira, O Ensino Fundamental Incompleto. A concentração dos trabalhadores não apresenta relação inversamente proporcional ao grau de instrução, sendo a segunda maior concentração em Ensino Médio Completo, ‘pulando’, portanto, duas faixas de grau de instrução. Esse dado confirma a realidade da economia informal de apresentar complexa heterogeneidade de indivíduos, setores de atividade e motivos para sua adesão.

Quanto à renda, o ganho médio do autoempregado da RMPA em 2003 correspondia a quatro salários mínimos, sendo que as mulheres apresentaram renda média 2% superior à dos homens. A renda média por setor de atividade econômica se mostrou mais alta no setor de Serviços, sendo 38% superior à média geral. O setor de Serviços é também o que concentra o maior número de autoempregados, com 40% do total da amostra, seguido do Comércio. Quando considerado o estudo realizado em 1994 sobre a RMPA para fins de comparação, constata-se a permanência do setor de Serviços como principal setor ocupado pelos autoempregados, porém observa-se a Indústria da Transformação dando lugar ao Comércio, comprovando as tendências de reestruturação setorial que têm deslocado a mão-de-obra da Indústria em direção a setores e atividades de maior flexibilidade social e econômica.

E, finalmente, entendendo com mais profundidade as razões pelas quais os autoempregados da RMPA aderiram ao autoemprego, o desejo de independência, já mencionado acima como sendo o principal motivo do grupo, é também a primeira escolha de ambos os gêneros, que passam a divergir a partir do segundo motivo. Os homens apontam a falta de emprego, e as mulheres, o ensejo de complementar a renda familiar. Quando separados por níveis de instrução baixo e alto, no grupo com Ensino Superior estas diferenças desaparecem, e ambos os gêneros escolhem o desejo de independência e a localização de um negócio vantajoso como as razões para estar na economia informal. Portanto, se associado o nível de instrução ao nível socioeconômico, e se observadas as diferenças de faixa de idade em que homens e mulheres migram para o autoemprego, é razoável concluir que homens e mulheres de baixa renda optam pelo autoemprego prioritariamente pelas pressões típicas de cada gênero (homens sendo arrimo econômico da família com medo do desemprego; mulheres empenhadas a ajudar na renda da família, mas impedidas de participar do emprego formal por causa da criação dos filhos). Em resumo, os diversos cruzamentos dos dados revelam que o autoemprego é um tema regido pela heterogeneidade de manifestações sociais e pessoais, determinadas por fatores culturais, regionais, macroeconômicos e históricos, alguns deles abordados neste trabalho e outros tantos meramente intuídos, porém todos dignos de análises mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

- ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Site**. Encontrado em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=298> – acesso em 26/02/2011
- BARROS, A.A. **Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica**. 2008. Encontrado em http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_790.pdf - Acesso em 15 de setembro de 2009
- BEDÊ, M. A. (coord.) **Onde estão as Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. 2006. SEBRAE-SP. Encontrado em <http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosEPEsquisas/MPEsEmNumeros/Paginas/MPEsEmNumeros.aspx#bottom> – acesso em 15 de março de 2009
- BLAU, D.M. *A Time-Series Analysis of Self-Employment in the United States – The Journal of Political Economy*, Vol. 95, Nº 3 (Jun., 1987) pp. 445-467 – The University of Chicago Press. Encontrado em <http://www.jstor.org/stable/1831972> - acesso em 08 de abril de 2010.
- CALDEIRA, J. **História do Brasil com Empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.
- FERREIRA, L.F.F. **Estudo dos Fatores Contribuintes para a Mortalidade Precoce de Micro e Pequenas Empresas em São Paulo**. 2006. Encontrado em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20112006.../01capa.pdf – acesso em 24 de novembro de 2009.
- FERRUZZI, M.A., SIQUEIRA, E.S. e SACOMANO NETO, M. **Terceirização de Serviços – A Questão do Desemprego XII SIMPEP**. Bauru, SP, Brasil, 7 a 9 de novembro de 2005. Encontrado em http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo=Ferruzzi_MA_Terceirizacao.pdf - acesso em 18 de novembro de 2009.
- FOTOPOULOS, G. e LOURI, H. *Location and Survival of New Entry*. [Small Business Economics](#), vol. 14(4), pages 311-21, June 2000. Encontrado em <http://ideas.repec.org/f/plo273.html> – acesso em 20 de agosto de 2008.
- GALEAZZI, I.M.S. **O trabalhador por conta própria na RMPA**. 1994. Encontrado em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/828/1092> - acesso em 28 de dezembro de 2010.

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* – **Empreendedorismo no Brasil 2007**. 2008. Encontrado em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/5d1cac412448b0428325757b00697dc7/\\$FILE/NT0003EF2A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/5d1cac412448b0428325757b00697dc7/$FILE/NT0003EF2A.pdf) - acesso em 5 de maio de 2010.

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* – **Empreendedorismo no Brasil 2008**. 2009. Encontrado em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/5d1cac412448b0428325757b00697dc7/\\$FILE/NT0003EF2A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/1d7b269b07fee04a03256eae005ec615/5d1cac412448b0428325757b00697dc7/$FILE/NT0003EF2A.pdf) - acesso em 5 de maio de 2010.

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* – **Empreendedorismo no Brasil 2009**. 2010. Encontrado em <http://www.sebrae.com.br/uf/tocantins/acesse/informes-locais/RELATORIO%20EXECUTIVO%20GEM.pdf> – acesso em 11 de novembro de 2010.

GOMES, R.C. **O Autoemprego no Brasil: uma Análise dos Fatores Determinantes**. 2009. Encontrado em http://www.sapientia.pucsp.br//tde_arquivos/10/TDE-2009-07-08T12:40:31Z-8019/Publico/Rodrigo%20Campos%20Gomes.pdf - acesso em 26 de abril de 2010.

HEILBRONER, R.L. **A construção da sociedade econômica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

IBGE. **Economia Informal Urbana 2003 – Ecinf 2003**. 2005.

IBGE. **Censo 2000**. Encontrado em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=7&i=P> - acesso em 15 de abril de 2011.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Encontrado em www.ibge.org.br – acesso em 2 de janeiro 2010.

ILO. **International Classification by Status in Employment (ICSE) 1993**. Encontrado em <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/class/icse.htm> - acesso em 12 de junho de 2010.

IVERSEN, J., JORGENSEN, R. e MALCHOW-MOLLER, N. **3 *Measuring Entrepreneurship (Defining and Measuring Entrepreneurship)***. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*. Jan, 2008. Encontrado em <http://www.entrepreneur.com/tradejournals/article/171539784.html> - acesso em 28 de setembro de 2009.

MACIEIRA, M.H.C. ***The Determinants of Self-employment***. 2009. Encontrado em https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/575348/1/Dissertation_The%20Determinants%20of%20Self-Employment_M%20Helena%20Coutinho%20Macieira.pdf – acesso em 21 de janeiro de 2011.

MAMMARELLA, R., M., BARCELLOS, T.M. **Relatório de Pesquisa 1 - Estrutura socioocupacional da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1991 e 2000**. 2009. Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática FEE. Encontrado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/publicacoes/estudos-e-pesquisas/atualizacao-e-expansao/relatorio1.htm> - acesso em 26 de fevereiro de 2011.

MARX, K. **O Capital – Livro I Capítulo VI (Inédito)**. 1978. Encontrado em [http://oron.com/bbgssjkq9nb9/MARX,_Karl._O_Capital,_livro_I,_cap%C3%ADtulo_VI_\(inedito\).pdf.html](http://oron.com/bbgssjkq9nb9/MARX,_Karl._O_Capital,_livro_I,_cap%C3%ADtulo_VI_(inedito).pdf.html) – acesso em 22 de fevereiro de 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS – Relação Anual de Informações**. Encontrado em <http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais> – acesso em 07 de maio de 2010.

NOORDERHAVEN, N.G., WENNEKERS, A., HOFSTEDE, G., THURIK, A.R. e ILDEMAN, R.E. ***Self-Employment Out of Dissatisfaction: an International Study***. 1999. Encontrado em <http://www.tinbergen.nl/discussionpapers/99089.pdf> - acesso em 3 de outubro de 2009.

OLIVEIRA O. J. **Pequena Empresa no Brasil: Um Estudo de suas Características e Perspectivas**. 2005. Encontrado em ftp://ftp.usjt.br/pub/revint/5_44.pdf - acesso em 20 de setembro de 2009.

OECD – ***OECD Employment Outlook, 2000***. Encontrado em <http://www.oecd.org/dataoecd/10/44/2079593.pdf> - acesso em 12 de abril de 2011.

PAMPLONA, J.B. **A Reemergência do Autoemprego Urbano e suas Implicações para o Mercado de Trabalho**. 1999. Encontrado em www.sep.org.br/artigo/ivcongresso93.pdf - acesso em 31 de maio de 2010.

PAMPLONA, J.B. **O autoemprego e os fatores do seu sucesso** - In: Dieter W. Benecke; Renata Nascimento. (Org.). *Política Social Preventiva: desafios para o Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung. 2003, v. 1, p. 263-308. Encontrado em www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_joaopamplona.pdf - acesso em 12 de maio de 2010.

PARKER, S.C. *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*. New York: Cambridge University Press, 2004.

PERULLI, A. *Study on economically dependent work/parasubordinate (quasi-subordinate) work*. 2003. Encontrado em http://www.europarl.europa.eu/hearings/20030619/empl/study_en.pdf - acesso em 22 de fevereiro de 2011.

POLÈSE, M. **Economia Urbana e Regional**. Lisboa: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998.

RENARD, G. F. *Histoire du Travail à Florence*. 1913. Encontrado em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k202971h/f197.image.r=.langFR> – acesso em 22 de fevereiro de 2011.

SANCHES, O. **Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico**. 2009. VII Ciclo De Debates Em Economia Industrial. Encontrado em http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/VII_Ciclo2009_ArtOsmarSanches.pdf - acesso em 10 de abril de 2011.

SOUZA, R.R. **A motivação dos empreendimentos iniciais no Brasil nos anos 2000**. 2009. Encontrado em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25372/000739314.pdf?sequence=1> - acesso em 25 de fevereiro de 2011.

W.I.E.G.O - *Women In Informal Employment: Globalizing and Organizing*. **Site**. Encontrado em <http://www.wiego.org> – acesso em 24 de março de 2011.

Anexo 1

Evolução da taxa de trabalhadores por conta própria sobre o total de pessoas ocupadas (PO) – IBGE - Região Metropolitana de Porto Alegre

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Janeiro		19,1	19,5	19	17,8	18	17	16,9	17,5	17,2
Fevereiro		18,7	18,9	17,4	17,8	17,9	17,3	17,5	17,1	16,4
Março	18,9	19	19,5	17,7	18,6	18,8	17,7	17,9	17,2	
Abril	18,8	18,7	18,7	17,6	19	19	17,3	17,2	17,4	
Mai	18,9	18,8	19,3	17,1	18,9	18,4	17,6	17,5	17,2	
Junho	20,3	19,3	18,5	17,6	19,2	18,1	17,1	17,6	17,8	
Julho	19,1	19,7	19	18	19,1	18,1	16,6	16,7	17,7	
Agosto	19,3	19,8	17,8	17,8	18,8	17,3	16,8	17,5	17,4	
Setembro	19,3	19,8	18,2	18,1	18,9	18,9	17,2	17,9	17,1	
Outubro	20,1	20,4	18,9	17,9	18,8	18,3	17,8	18,2	17,3	
Novembro	20,5	20,1	17,7	17,5	19	17,5	17,3	18,3	17,6	
Dezembro	19,9	20,3	18,2	18,2	18,8	18	17,8	18,7	17,1	
Média RMPA	19,51	19,48	18,68	17,83	17,24	18,19	17,29	17,66	17,37	16,80
crescimento		-0,2%	-4,1%	-12,7%	5,7%	5,5%	-4,9%	2,1%	-1,7%	-3,3%

Elaboração da autora com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE - Tabela 47 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, conta própria no trabalho principal, em relação ao total de pessoas ocupadas na semana de referência, por regiões metropolitanas, segundo os meses da pesquisa - mar. 2002 - fev. 2011.

Anexo 2

Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

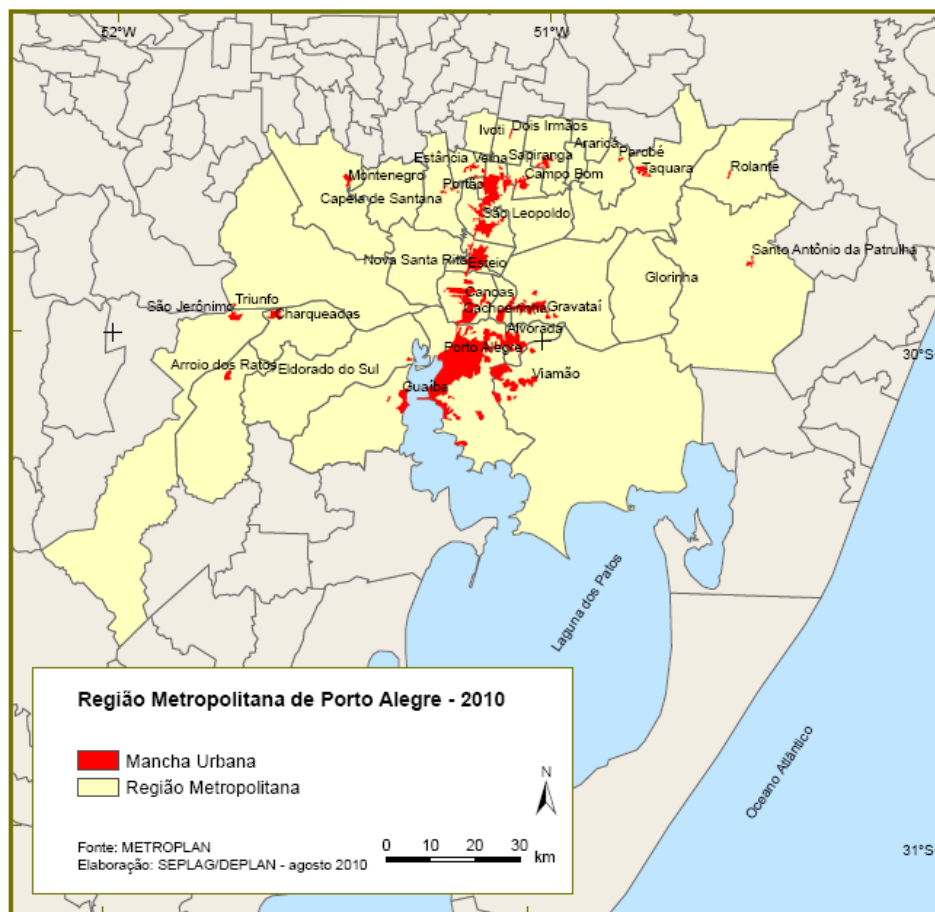
Região Metropolitana de Porto Alegre no destaque



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

Anexo 3

Região Metropolitana de Porto Alegre com detalhamento de municípios



Anexo 4

ICSE 1993¹⁸

Nome e base conceitual para a classificação

1. A classificação de status no emprego, como mostrado na seção II desta resolução, é designada como International Classification of Status in Employment (ICSE-93). As definições de grupo são dadas na seção III, enquanto que o tratamento estatístico de grupos particulares é especificado na seção IV.
2. A ICSE classifica trabalhos exercidos por pessoas num determinado momento. Um trabalho é classificado de acordo com o tipo de contrato de emprego explícito ou implícito de uma pessoa com outras pessoas ou organizações. Os critérios básicos usados para definir os grupos da classificação são: o tipo de risco econômico (de que a força de ligação entre a pessoa e o trabalho é um dos elementos) e o tipo de autoridade sobre os estabelecimentos e sobre outros trabalhadores que seja exigida pelas incumbências do trabalho.
3. A ICSE-93 classifica pessoas em função de suas reais e potenciais relações com oportunidades de trabalho de acordo com as regras expostas na seção V.

II. Os grupos da ICSE-93

4. A ICSE-93 consiste nos seguintes grupos, que são definidos na seção III:
 - (1) empregados; dentre os quais países podem necessitar e estarem habilitados a distinguir “empregados com contratos estáveis” (inclusive “empregados regulares”);
 - (2) empregadores;
 - (3) trabalhadores autônomos (por conta própria);
 - (4) membros de cooperativas de produtores;
 - (5) trabalhadores familiares;
 - (6) trabalhadores não classificáveis por status.

¹⁸ Resolução referente à Classificação Internacional de Status no Emprego (International Classification of Status in Employment - ICSE) adotada pela 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada em janeiro de 1993 pela International Classification by Status in Employment (ILO).

III. Grupos

5. Os grupos no ICSE-93 são definidos tomando-se como referência a distinção entre, de um lado o ‘trabalho assalariado’, e, do outro, o ‘autoemprego’. Os grupos são definidos tomando-se como referência um ou mais aspectos do risco econômico e/ou o tipo de autoridade que o contrato de trabalho, explícito ou implícito, oferece aos responsáveis ou aos quais o contrato os submete.

6. Empregos de **trabalho assalariado** são aqueles nos quais os trabalhadores assumem contratos de trabalho explícitos (por escrito ou acordo verbal) ou implícitos, que dão a eles uma remuneração básica, a qual não é diretamente dependente do resultado da unidade para a qual eles trabalham (esta unidade pode ser uma corporação, uma instituição sem fins lucrativos, uma instituição governamental ou uma residência). Alguns ou todos os insumos, capital, equipamento, sistema de informação e/ou recursos usados pelos trabalhadores podem pertencer a outros, e o trabalhador pode trabalhar sob supervisão, ou de acordo com comando restrito do dono(s) ou pessoas empregadas pelos proprietários. (Pessoas em ‘emprego assalariado’ são tradicionalmente remuneradas por salários, mas podem ser pagas por comissão de vendas, por participação de lucros, bônus ou em espécie, tal como alimento, moradia ou treinamento).

7. As atividades denominadas de **autoemprego** são aquelas em que a remuneração é diretamente dependente dos lucros (ou lucros potenciais) derivados dos bens e serviços produzidos (sendo o consumo próprio considerado como parte dos lucros). Os proprietários tomam as decisões operacionais referentes à empresa, ou delegam estas decisões mantendo a responsabilidade por amparar a empresa. (Neste contexto “empresa” inclui operações de uma única pessoa).

1. **Empregados** são todos os trabalhadores que atuam no tipo de emprego definido por ‘trabalho assalariado’ (cf. Parágrafo 6). Empregados com contratos estáveis são aqueles empregados que tiveram ou têm um explícito (formal ou verbal) ou implícito contrato de emprego, ou uma sucessão destes contratos, com o mesmo empregador em caráter permanente. Em ‘caráter permanente’ implica um período de contratação que esteja de acordo com o mínimo especificado pela legislação nacional. Se forem permitidas interrupções durante este período mínimo, suas durações máximas também devem ser determinadas de acordo com os dispositivos nacionais. Empregados padrão são aqueles

empregados com contratos estáveis perante os quais a empresa empregadora é responsável pelo pagamento de tributos relevantes e contribuições de seguro social e/ou estabelece relações contratuais subordinadas à legislação trabalhista nacional.

2. **Empregadores** são aqueles trabalhadores que, trabalhando por sua própria conta ou com um ou vários sócios, desempenham uma atividade definida como autoemprego (cf. Parágrafo 7), e, nesta condição, em caráter permanente (incluindo o período-referência) contratou uma ou mais pessoas para trabalhar com eles no negócio como empregado(s) (cf. Parágrafo 8). O sentido do termo ‘contrato em caráter permanente’ deve ser determinado pelos dispositivos nacionais, de forma a estar de acordo com a definição de ‘empregados com contratos estáveis’ (cf. Parágrafo 8). (Os sócios podem ou não ser membros de uma mesma família ou de uma mesma residência.)

3. **Trabalhadores autônomos** são aqueles que, trabalhando por conta própria ou com um ou mais sócios, desempenham uma atividade definida como autoemprego (cf. Parágrafo 7), e não têm nenhum empregado contratado em caráter permanente (cf. Parágrafo 8) que trabalhe para eles durante o período de referência. Note-se que, durante o período de referência, os membros deste grupo podem contratar empregados, desde que em caráter temporário. (Os sócios podem ou não ser membros da mesma família ou mesma residência.)

4. **Membros de cooperativas** são trabalhadores que desempenham uma atividade de autoemprego, numa produção cooperativada de bens e serviços, na qual cada membro está em pé de igualdade com os demais ao determinar a organização da produção, vendas e/ou outras atividades do estabelecimento, investimentos e distribuição dos rendimentos do negócio entre seus membros. (Nota-se que ‘empregados’ destas cooperativas não são classificados neste grupo.)

5. **Trabalhadores familiares** são aqueles que atuam em atividades de autoemprego num negócio operado por um parente que vive na mesma residência, e que não é visto como um sócio porque seu nível de comprometimento com a operação do negócio, em termos de tempo de trabalho e outros fatores determinados pelas circunstâncias nacionais, não está no mesmo nível do dono do estabelecimento. (Onde é costume pessoas - jovens, em particular - trabalhando sem salário numa unidade econômica operada por um parente que não mora na mesma residência, o requisito ‘viver na mesma casa’ pode ser eliminado).

6. **Trabalhadores não classificáveis por status** incluem aqueles para os quais não estão disponíveis informações relevantes suficientes, e/ou aqueles que não podem ser incluídos em nenhuma das categorias precedentes¹⁹.

¹⁹ Tradução da autora.